

RELATÓRIO
DE ATIVIDADES

2018

Procuradoria Especial da Mulher

Brasília – 2018

Secretaria de Editoração
e Publicações



SENADO FEDERAL

Mesa Diretora

Biênio 2017-2018

Senador Eunício Oliveira

PRESIDENTE

Senador Cássio Cunha Lima

PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

Senador João Alberto Souza

SEGUNDO-VICE-PRESIDENTE

Senador José Pimentel

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Senador Gladson Cameli

SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Antonio Carlos Valadares

TERCEIRO-SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella

QUARTO-SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador Eduardo Amorim

Senador Sérgio Petecão

Senador Davi Alcolumbre

Senador Cidinho Santos

Diretoria-Geral

Ilana Trombka

DIRETORA

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Procuradoria Especial da Mulher

Senadora Vanessa Grazziotin

PROCURADORA

Rita Polli Rebelo

COORDENADORA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Lunde Braghini Junior

Ramíla Moura

Paula Bento

ASSESSORIA LEGISLATIVA

Isis Marra

SECRETÁRIAS

Evelly Leal

Lúcia Malaquias

APOIO

Francisco Miguel Lopes da Silva

Maria do Amparo

William Marques

Fernanda Santos

Menor Aprendiz

Danilo Veloso

Maisa Marianne

Projeto Gráfico e Diagramação

Sheila Veras de Oliveira

Ilustrações de Capa

José Tadeu Alves

Agradecimentos

A ProMul agradece aos órgãos públicos e entidades parceiras mencionadas a seguir pela receptividade ao diálogo e por terem compreendido com espírito de alteridade e perseverança a importância do significado da questão feminina como tema transversal.

Somos testemunhas de que o sentimento do bem comum foi compartilhado em todas as ações, cuja excelência só foi possível com o apoio dos órgãos públicos e das entidades da sociedade civil envolvidos em cada atividade.

Parabéns a todas e a todos!

Senado Federal

Presidência, Mesa Diretora, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Secretaria de Comunicação Social, Instituto Legislativo Brasileiro, Instituto DataSenado, Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e Observatório da Mulher contra Violência.

Câmara dos Deputados

Presidência, Mesa Diretora, Secretaria da Mulher, Procuradoria Especial da Mulher, Secretaria de Comunicação Social, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres e Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional.

Órgãos Públicos

Ministério da Justiça

Ministério da Saúde

Ministério da Defesa

Ministério de Direitos Humanos

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Tribunal Superior do Trabalho (TST)

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Universidade de Brasília (UnB) – Decanato de Extensão

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Casa da Mulher Brasileira em Brasília-DF

Delegacia Especial de Atendimento à Mulher do DF
Pronatec Prisional
Juizados dos Núcleos do Ministério Público e da Defensoria Pública
Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem-UnB)
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
Secretaria de Esporte do Governo de Brasília
Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo de Brasília
Secretaria de Saúde do Governo de Brasília
Secretaria de Cultura do Governo de Brasília
Governo de Brasília
Núcleo de Defesa da Mulher - Defensoria Pública – DF
Instituto Brasileiro de Defesa da Família (IBDF)

Representações Internacionais

ONU Mulheres Brasil
UNICEF
Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS)
Banco Mundial
Embaixadas: Bolívia, China, Cuba, Nicarágua, El Salvador, Suécia, Dinamarca e Áustria

Entidades da Sociedade Civil

União Brasileira de Mulheres (UBM)
União da Juventude Socialista (UJS MULHER)
União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)
União Nacional de Estudantes (UNE)
União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES)
Fórum de Mulheres do Mercosul
Federação Internacional de Mulheres (FEDIM)
#partida DF
Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)
Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília (Recomeçar)
Conselho Federal de Psicologia
Facebook
ONG Aconchego
ONG Vozes de Anjos
ONG Think Olga
Comitê Latinoamericano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem)
Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA)

Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM)
Instituto Sabin
Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama)
Instituto Avon
Grupo Mulheres do Brasil (MdB)
Comitê Meninas do Brasil
Liga do Bem
Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas do DF
Frente de Mulheres Negras do DF e do Entorno
Escola de Balé Clássico Étude Seasons – Brasília-DF
Casa Rosa – Jaú-SP
Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (REHUNA)
Oscip Resgate da Vida –Paranoá-DF
Voluntariado Profissional – HMIB- DF
Grupo Rompendo Fronteiras – Brasília-DF
Instituto Maurício de Sousa - Turma da Mônica
IBRAPP - Instituto Brasileiro de Políticas Públicas
Movimento Orgulho Autista do Brasil – MOAB
Casa Frida - São Sebastião-DF
Instituto Anis de Bioética
Rede de Mulheres do Alto Jequitinhonha-MG
Associação Artemis
Healthy Women, Healthy Economies - Merck Brasil
Plan International
Instituto Roche
Instituto Oncoguia – Brasília-DF
Marcha das Margaridas
Marcha das Mulheres Negras
Marcha Mundial das Mulheres
Voluntários da Turminha - Goiânia - GO
Articulação de Organizações de Mulheres Negras (ANNB)
Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM)
Associação Brasileira das Empregadas Domésticas
Associação Brasileira de Municípios
UNA – União Nacional LGBT
Associação de Mulheres Empreendedoras (AME)
Associação de Mulheres Promotoras Legais Populares
Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)
Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – Brasília

Casa Laudelina de Campos Mello
Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)
Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)
Conselho Nacional Procuradores Gerais (CNPBG)

Entidades Sindicais

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
Sindireceita
Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados
Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal (Sindlegis)

Sumário

2	Senado Federal	28	4. Publicações
2	Mesa Diretora	34	5. Exposições Fotográficas
2	Diretoria-Geral	37	6. Projeto Pauta Feminina
3	Agradecimentos	50	7. Oficina <i>Saúde da Mulher: Autonomia no Corpo e na Vida</i>
9	Palavra da Procuradora	56	8. Campanha <i>Mais Mulheres na Política</i>
11	Bancada Feminina no Senado	61	9. Oficina <i>Interlegis Senado Mulheres nas Casas Legislativas</i>
13	Mulheres em destaque	75	10. Eventos
13	Parlamentares Presidentes de Comissões	110	11. Homenagens
13	Vice-presidentes de Comissões		
14	Senadoras Eleitas em 2018		
15	1. Apresentação		
15	1.1 Missão		
15	1.2 Visão		
15	1.3 Valores		
16	1.4 Como criar procuradorias especiais nos estados e municípios		
18	2. Atividade Legislativa		
19	2.1 Conquistas legais		
21	3. Comunicação		
21	3.1 Página da ProMul e Mídias Sociais		
21	a. Facebook		
23	b. Twitter		
24	c. Site		
27	3.2 Jornal Senado Mulher		
27	3.3 Assessoria de imprensa		

Palavra da Procuradora

2018 foi um ano promissor para as mulheres e o Parlamento brasileiro. O desafio do processo eleitoral fez com que a bancada feminina do Congresso atuasse de forma organizada pela efetiva conquista da igualdade de condições para exercício do poder político.

Fizemos valer a campanha *Mais Mulheres na Política*, iniciada em 2015, que percorreu o Brasil conduzida pela liderança firme e perseverante das parlamentares, irmanadas às entidades do movimento organizado de mulheres, inconformadas pela forma desigual com que mulheres e homens ocupam os espaços de decisão.

A bancada feminina transformou assim um sonho em realidade e guarda como legado inestimável ter alcançado o direito à cota de 30% do Fundo eleitoral e mesma proporção para o tempo de propaganda nas rádios e TVs, numa contribuição valiosa ao amadurecimento do sistema democrático brasileiro.

A Procuradoria Especial da Mulher (ProMul) foi importante instrumento de apoio pela promoção da permanente interlocução entre gestores do Poder Executivo e do Poder Judiciário, assim como de organismos internacionais, pelo combate à violência doméstica e o feminicídio.

A edição da cartilha *Caminhos*, em parceria com a Diretoria-Geral e o Grupo Mulheres do Brasil, e a cartilha *Mulheres a Caminho das Urnas* são sementes de fertilidade do trajeto a ser percorrido pelas próximas gerações na construção da sociedade justa, fraterna e afetuosa tão almejada por nossa nação.

Somaram-se 11 edições do jornal Senado Mulher; 10 edições do projeto Pauta Feminina e nove do programa Pauta Feminina da Rádio Senado; 62 eventos; três exposições fotográficas; seis encontros do projeto Interlegis Senado Mulheres nas asas Legislativas; 22 oficinas *Saúde da Mulher, autonomia no corpo e na vida*. Foram aprovadas 12 leis e acompanhados dezenas de proposições legislativas.

A presença nas redes sociais contribuiu para a ampla repercussão das ações das parlamentares e muitas foram as mulheres encaminhadas aos órgãos da rede de proteção para acolhimento e medidas protetivas.

Para impulsionar as ações em 2019, devemos saudar as oito novas senadoras, que chegaram acolhidas pelo sentimento de sororidade,

apoiadas por mulheres. Daniella Ribeiro (PB), Eliziane Gama (MA), Leila Barros (DF), Mailza Gomes (AC), Mara Gabrilli (SP), Juíza Selma Arruda (MT), Soraya Thronicke (MS), e Zenaide Maia (RN) irão se somar às senadoras que continuam na Casa: Kátia Abreu (TO), Maria do Carmo (SE), Simone Tebet (MS) e Rose de Freitas (ES).

Entre as que se despedem, orgulhosamente Fátima Bezerra (RN) será a única governadora eleita no país e Regina Sousa (PI) ocupará com maestria a cadeira de vice-governadora em seu estado.

Gleisi Hoffmann (PR) e Lídice da Mata (BA) permanecem na bancada feminina do Congresso como deputadas federais experientes e atentas à intransigente defesa e ampliação de direitos de cidadania sensíveis à pauta feminina e ao povo brasileiro.

Ana Amélia, Ângela Portela, Lucia Vânia e Marta Suplicy, ao se despedirem do Senado, carregam a grata memória de terem sido vanguarda na correta e destemida condução da luta parlamentar.

Atuaremos agora em lugares diferentes e em plena sintonia com as aspirações e necessidades das mulheres, pela consolidação da democracia, da soberania e da dignidade humana em nosso país.

Minha gratidão a todas!

Forte abraço e boa leitura!



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Procuradora Especial da Mulher



BANCADA FEMININA NO SENADO



Ana Amélia (PP-RS)



Ângela Portela (PDT-RR)



Fátima Bezerra (PT-RN)



Gleisi Hoffmann (PT-PR)



Kátia Abreu (PDT-TO)



Lídice da Mata (PSB-BA)



Lúcia Vânia (PSB-GO)



Maria do Carmo (DEM-SE)



Marta Suplicy (Sem Partido-SP)



Rose de Freitas (PODE-ES)



Regina Sousa (PT-PI)



Simone Tebet (MDB-MS)



Vanessa Graziotin (PCdoB-AM)

MULHERES EM DESTAQUE

Parlamentares Presidentes de Comissões



Marta Suplicy (Sem Partido-SP) – Comissão de Assuntos Sociais – CAS



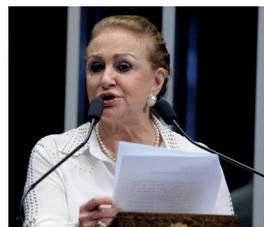
Regina Sousa (PT-PI) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH



Fátima Bezerra (PT-RN) Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR



Lúcia Vânia (PSB-GO) Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE



Elcione Barbalho (MDB-PA) Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM

Vice-presidentes de Comissões



Lídice da Mata (PSB-BA) Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR



Simone Tebet (MDB-MS) Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso



Rose de Freitas (PODE-ES) Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM

SENADORAS ELEITAS EM 2018



Daniella Ribeiro (PP-PB)



Eliziane Gama (PPS-MA)



Leila Barros (PSB-DF)



Mailza Gomes (PP-AC)



Mara Gabrielli (PSDB-SP)



Juíza Selma Arruda (PSL-MT)



Soraya Thronicke (PSL-MS)



Zenaide Maia (PROS-RN)

1

Apresentação

A Procuradoria Especial da Mulher do Senado (ProMul) foi criada por meio da Resolução nº 9, em 27 de março de 2013, pelo presidente da Casa, Renan Calheiros (MDB-AL), que designou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) como primeira Procuradora no biênio 2013/2015, tendo sido reconduzida para o período de 2015/2016.

O órgão de representação da bancada feminina tem como pressuposto construir uma cultura que expresse valores de igualdade, equidade, respeito, atenção e empoderamento, ancorada em iniciativas legislativas em favor da luta emancipacionista das mulheres.

Suas ações indicam por bem incentivar a participação ativa das mulheres em todas as instâncias de poder como condição essencial para a garantia dos direitos da população feminina.

As ações da ProMul visam a identificar problemas e promover a avaliação crítica da realidade da condição de vida da metade feminina da população com o objetivo de formular proposições legais como forma de superar as desigualdades entre mulheres e homens.

1.1 MISSÃO

Zelar, fiscalizar, controlar e incentivar os direitos da mulher; criando mecanismos de empoderamento em situações de desigualdade de gênero e raça.

1.2 VISÃO

Ser referência na condução dos assuntos de gênero e raça no país.

1.3 VALORES

- ❖ Zelar pela mulher e seus direitos em todas as áreas da sociedade;
- ❖ Fiscalizar e propor políticas que aprimorem a igualdade de gênero;
- ❖ Defender o respeito à dignidade da pessoa humana e à diversidade;
- ❖ Incentivar o empoderamento da mulher, visando condições de igualdade.

1.4 COMO CRIAR PROCURADORIAS ESPECIAIS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Uma das bandeiras dos movimentos das mulheres é pelo avanço da representatividade feminina na política. Pretende-se com essa ascensão incluir no debate das casas legislativas temas como o combate e enfrentamento à violência e direitos humanos.

Como instrumento da rede de enfrentamento, a Procuradoria recebe, examina e encaminha aos órgãos competentes as denúncias de violência e discriminação contra a mulher e promove nos parlamentos debates sobre igualdade de gênero e raça; saúde; trabalho e inclusão financeira;

educação; mobilidade urbana; segurança, entre outros.

Passo a passo para criação de Procuradoria Especial da Mulher em Casas Legislativas.

- 1 - Verificar qual tipo de proposição legislativa disponível na Casa Legislativa;
- 2 - Utilizar a mais adequada, normalmente "Projeto de Resolução";
- 3 - Buscar apoio dos pares e apresentar o projeto.
- 4 - Utilizar o texto a seguir como sugestão:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº __/____

Dispõe sobre a criação da Procuradoria da Mulher no âmbito da Assembleia Legislativa/ Câmara Municipal, do Estado/Município de/o _____ e dá outras providências.

Faço saber que a Assembleia Legislativa/Câmara Municipal do Estado/ Município de/o aprovou a seguinte resolução:

Art. 1º. A Procuradoria da Mulher não terá vinculação com nenhum outro órgão desta Casa, sendo órgão independente, formado por Procuradoras Deputadas/Vereadoras, que contará com o suporte técnico de toda a estrutura da Assembleia/Câmara.

Art. 2º. A Procuradoria da Mulher será constituída de 01 (uma) Procuradora da Mulher e de __ (____) Procuradoras Adjuntas, designadas pelo presidente da Assembleia Legislativa/Câmara Municipal/ eleitas pela bancada feminina da Assembleia Legislativa/ Câmara Municipal, a cada __ (____) anos, no início da Legislatura.

§ 1º. As Procuradoras Adjuntas terão a designação de Primeira, Segunda e Terceira e, nessa ordem, substituirão a Procuradora Especial da Mulher em seus impedimentos e colaborarão no cumprimento das atribuições da Procuradoria.

§ 2º. Os mandatos da Procuradoria da Mulher acompanharão a periodicidade da eleição da Mesa Diretora.

Art. 3º. Compete à Procuradoria da Mulher zelar pela participação mais efetiva das Deputadas nos órgãos e nas atividades da Assembleia e ainda:

- I - receber, examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violências e discriminação contra a mulher;
- II - fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo estadual/municipal, que visem à promoção da igualdade de gênero, assim como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias;
- III - cooperar com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- IV - promover pesquisas, seminários, palestras e estudos sobre violência e discriminação contra a mulher, bem como acerca de seu déficit de representação na política e nas áreas de educação, trabalho, segurança, entre outros, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às Comissões da Assembleia/Câmara Municipal.

Art. 4º. Toda iniciativa provocada ou implementada pela Procuradoria da Mulher terá ampla divulgação pelos órgãos de comunicação da Assembleia/Câmara Municipal.

Art. 5º. A suplente de deputada/vereadora que assumir o mandato em caráter provisório não poderá ser escolhida para Procuradora da Mulher ou Procuradora Adjunta.

Art. 6º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com a nomeação imediata das procuradoras.

Local e data

Deputada/Vereadora

Modelo do Projeto de Resolução:

Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados

<http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/estudos-e-publicacoes/como-criar-uma-procuradoria-especial-da-mulher>

Lista de Procuradorias

Estaduais (9)

Amapá
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo
Maranhão
Rio Grande do Sul
Roraima
São Paulo
Sergipe

Municipais

Manacapuru – AM
Manaus – AM
Parintins – AM
Sítio do Mato – BA
Campo Grande – MS
Jacutinga – MG
Mariana – MG
Muriaé – MG
Viçosa – MG
Marabá – PA
Olinda – PE
Ibirubá – RS
Novo Hamburgo – RS
Porto Alegre – RS
Vacaria – RS
Boa Vista – RR
Penha – SC
Araraquara – SP
Bertioga – SP
Estância – SP
Ibiúna – SP
Itanhaém – SP
Itapira – SP
Itupeva – SP
Limeira – SP
Mococa – SP
Osasco – SP
Paulínia – SP
Pederneiras – SP
Peruíbe – SP
Pindamonhagaba – SP
Praia Grande – SP
São José do Rio Preto – SP
São Paulo – SP
Várzea Paulista – SP

2

Atividade Legislativa

A ProMul acompanha proposições legislativas referentes à mulher, em tramitação no Congresso, organizando-as mediante relatórios mensais. O intuito é subsidiar tanto parlamentares quanto órgãos e setores externos para propor temas e sugerir convidados para audiências públicas em favor de orientar e esclarecer proposições de interesse comum.

Além disso, abrange respostas a solicitações do *Aló Senado* e outros meios de comunicação referentes a questionamentos sobre políticas de gênero, conforme gráfico 1.



Gráfico 1: Demandas por meios de comunicação.

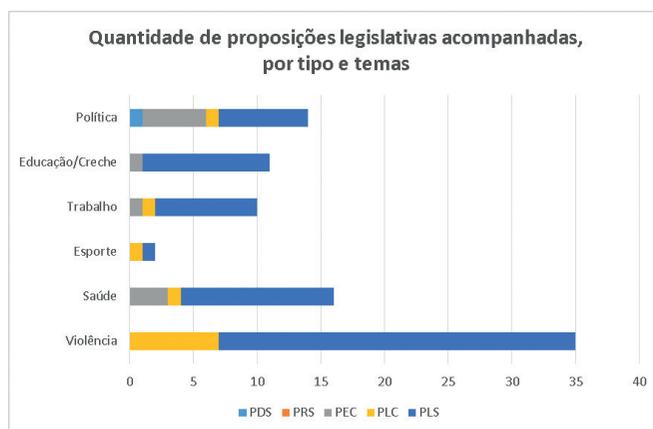


Gráfico 2: Quantitativo de proposições legislativas, por temas.

2.1 CONQUISTAS LEGAIS (12)

No ano de 2018, o Senado aprovou 12 leis já sancionadas, conforme a seguir:

Lei nº 13.641, de 3 de abril

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência.

Lei nº 13.642, de 3 de abril

Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.

Lei nº 13.685, de 25 de junho

Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de agravos e eventos em saúde relacionados às neoplasias, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012, para estabelecer a notificação compulsória de malformações congênitas.

Lei nº 13.697, de 26 de julho

Inscribe os nomes de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Sóror Joana Angélica de Jesus, Maria Felipa de Oliveira e João Francisco de Oliveira (João das Botas) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Lei nº 13.715, de 24 de setembro

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

Lei nº 13.718, de 24 de setembro

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

Lei nº 13.721, de 2 de outubro

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que será dada prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

Lei nº 13.767, de 19 de dezembro

Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para a realização de exame preventivo de câncer.

Lei nº 13.769, de 19 de dezembro

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.

Lei nº 13.770, de 19 de dezembro

Altera as Leis nºs 9.656, de 3 de junho de 1998, e 9.797, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a cirurgia plástica reconstrutiva da mama em casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer.

Lei nº 13.771, de 19 de dezembro

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena para o homicídio da mulher por razões da condição de sexo feminino (feminicídio), se praticado contra pessoa portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental; e se o crime for cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

Lei nº 13.772, de 19 de dezembro

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado.

3

Comunicação

Contempla planejamento, coordenação e execução de estratégias de divulgação das atividades do órgão e das parlamentares referentes às questões de gênero. O objetivo é aproximar as relações com entidades parceiras, meios de comunicação, formadores de opinião e a sociedade de forma indistinta.

Atividades:

- a) gestão da página da Procuradoria no Portal do Senado;
- b) produção do jornal Senado Mulher;
- c) execução do projeto *Pauta Feminina*;
- d) coprodução do programa Pautas Femininas com a equipe da Rádio Senado;
- e) gestão da página da ProMul no *Facebook*;
- f) gestão do *Twitter*;
- g) assessoria de imprensa;
- h) produção de vídeos;
- i) produção de cartilhas/livretos/folders;
- j) pronunciamentos;
- k) clipagem de notícias.

3.1 PÁGINA DA PROMUL E MÍDIAS SOCIAIS

a. Facebook

A página da ProMul no *Facebook* foi criada em 17 de setembro de 2013. Começou com 235 curtidas e hoje tem 13.923 curtidas. Os gráficos a seguir mostram a página, seu desenvolvimento e perfil dos fãs.



Figura 1: Página do *Facebook*



Gráfico 3: Número de seguidores: 13.888 (01/01/2018 a 18/12/2018).



Gráfico 4: Total de curtidas na página até hoje: 13.858 (01/01/2018 a 18/12/2018).

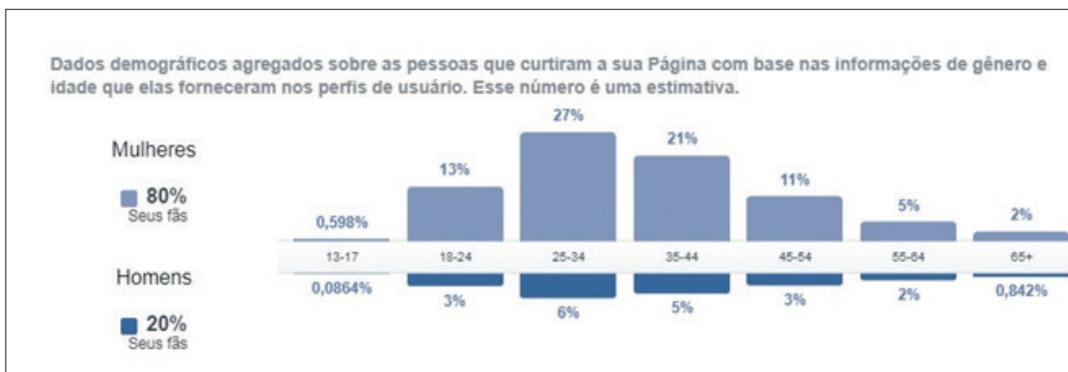


Gráfico 5: Fãs, por faixa etária e gênero.

b. Twitter

A idade dos fãs da página é bastante diversificada, de 13 a mais de 65 anos de idade, sendo que a maioria são jovens entre 25 e 34 anos, 27%. As mulheres são 80% e os homens 20% dos seguidores.



Figura 2: Página do Twitter.

O balanço de 2018 do *Twitter* da ProMul mostra mais visitas em março (1.227), maio (1.111) e agosto (1.115). As impressões, que são o número de vezes que uma publicação é exibida, tiveram seu ápice no mês de novembro, com 69.200.

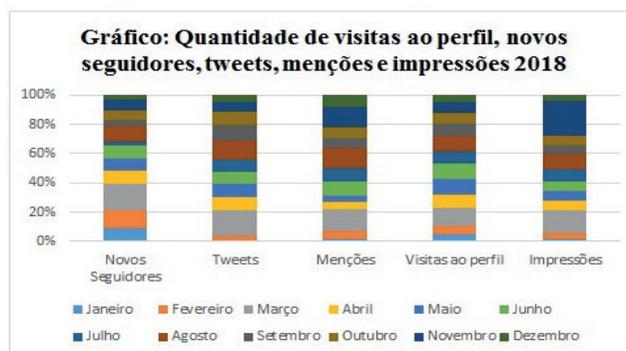


Gráfico 6: Balanço do *Twitter* em 2018.

Até o fechamento deste balanço, contamos com 3.230 tweets e 2.317 seguidores.

c. Site

A página institucional da ProMul foi criada em novembro de 2013 e permite acompanhar e acessar notícias, projetos, publicações, vídeos e calendário de eventos e datas comemorativas.



Figura 3: Página Institucional da ProMul.

Acesso: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria>



Figura 4: Campo Pesquisas.

Desde a criação em 2016 do box chamado “Pesquisas”, a ProMul publicou 21 trabalhos acadêmicos com temas de mulheres de todo país, relacionados à participação política, violência doméstica, saúde da mulher, entre outros.

Acessos na página

Em 2018, o site da ProMul teve os meses de março e outubro como os mais movimentados no ano, 7.317 e 9.198 acessos, respectivamente. No ano, o site recebeu um total de 67.979 acessos.

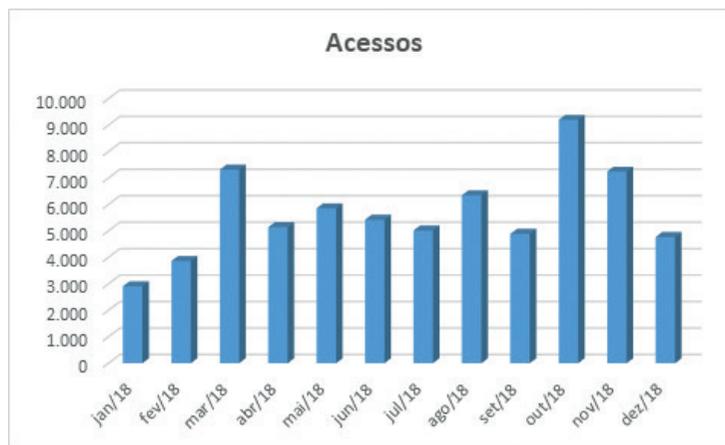


Gráfico 8: Acessos por mês.

Mês	Total
jan/18	2.908
fev/18	3.864
mar/18	7.317
abr/18	5.146
mai/18	5.854
jun/18	5.424
jul/18	5.017
ago/18	6.347
set/18	4.892
out/18	9.198
nov/18	7.242
dez/18	4.770

Quadro 1: Quantidade de acessos mensais.

3.2 JORNAL SENADO MULHER

Criado em junho de 2014 para divulgar notícias relevantes e ações da bancada feminina, em dezembro de 2018 publicou sua 50ª edição. O periódico mensal circula encartado ao Jornal do Senado, no formato A4, na primeira semana do mês, com quatro páginas originalmente e pode vir a ser feito em edições especiais com oito páginas.

3.3 ACESSORIA DE IMPRENSA

Promove o relacionamento direto com os meios de comunicação impressos, televisivos, virtuais e de rádio, para a rápida e eficiente divulgação das ações da ProMul, como a seguir:

- Atende/recebe solicitações de jornalistas de redações e/ou assessores de imprensa de órgãos parceiros.
- Agenda/acompanha entrevistas individuais e coletivas com a Procuradora.
- Produz conteúdo de sugestões de pauta e artigos referentes a todas as ações/eventos da ProMul dirigidos a comunicadores de TVs, rádios, jornais, revistas semanais e especializadas, agências de notícias e boletins informativos de entidades comunitárias e sindicais.
- Faz a gestão da mala direta.
- Contata entidades parceiras e acompanha ações políticas e campanhas educativas.
- Dialoga com assessorias de comunicação dos gabinetes das senadoras.



Figura 5: Acessos por mês.

3.4 PRONUNCIAMENTOS

- Em 2018, foram feitos 16 pronunciamentos em Plenário referentes às questões de gênero, e foram apresentados oito requerimentos de aplauso e pesar.

4

Publicações

Em 2018, a ProMul editou o Relatório de Atividades 2016/2017 e materiais de apoio à luta contra a violência de gênero e por mais mulheres na política.

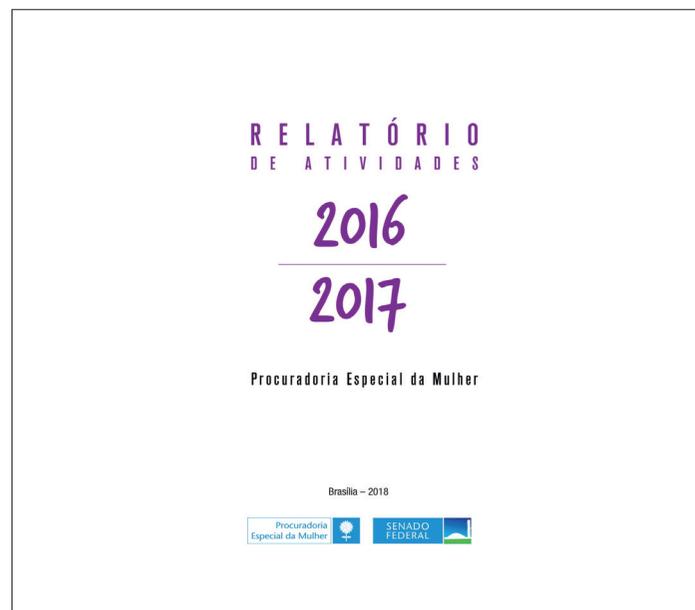
O Relatório presta contas das ações do órgão no período e expressa o compromisso das parlamentares com a pauta legislativa sobre temas sensíveis à comunidade feminina.

O jornal Senado Mulher chegou em dezembro ao número 50 e a cartilha *Eleições 2018: Mulheres a caminho das urnas*, elaborada pela ProMul e pela Secretaria da Mulher da Câmara, exaltou a mais importante conquista de cidadania política das brasileiras em 2018, esclarecendo em detalhes da aplicação dos 30% do Fundo Eleitoral e igual porcentagem no tempo de propaganda destinado às mulheres nas rádios e TVs nas eleições de outubro.

A participação política das mulheres também foi tema de dois folders nascidos da parceria entre a ProMul e o Instituto Brasileiro de Políticas Públicas (IBRAPP).

Intitulados *Política também é coisa de mulher* e *Fundo partidário e eleitoral para as mulheres*, os materiais lançam mão de linguagem lúdica e grande apelo visual para incentivar a reflexão e a ação das mulheres em favor da representação política igualitária.

Elaborada em parceria com a Diretoria Geral do Senado e o Grupo Mulheres do Brasil – Comitê de Combate à Violência Contra a Mulher do DF, a cartilha *Caminhos: violência contra a mulher* mostrou a rede de proteção e o passo a passo a ser percorrido pelas mulheres em situação de violência, seja ela doméstica, sexual ou psicológica no Distrito Federal.



Relatório de Atividades 2016/2017

<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/relatorio-de-atividades-2016-2017>



Eleições 2018: Mulheres a caminho das urnas

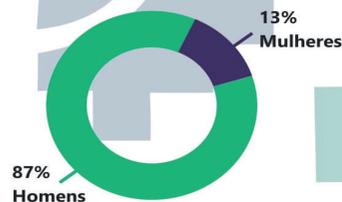
<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/eleicoes-2018-mulheres-a-caminho-das-urnas>

Neste ano, as mulheres têm um grande desafio para ampliar suas possibilidades de representação feminina na política. Hoje, o Brasil está em 154º lugar em um ranking da proporção de mulheres nos parlamentos do mundo, ficando atrás de países como Paquistão e Sudão. Porém já temos algumas conquistas:

ENTRETANTO, ALGUMAS CONQUISTAS JÁ SÃO VISTAS:

- 1932** Em 1932, ocorreu a conquista do voto feminino no Brasil;
- 2010** Em 2010, a primeira mulher chega à presidência da República;
- 50,64%** Atualmente, as mulheres são a maioria na população: 50,64% e, conseqüentemente, a maioria no eleitorado: 52,2%.

NO ENTANTO, AS MULHERES SÃO MINORIA ENTRE AS ELEITAS. POR QUÊ?



Será que o Brasil ainda não está pronto para atuar com um cenário político misto, no qual metade dele seja ocupado por mulheres?

A presença de candidatas nas eleições é algo fundamental para o fortalecimento da democracia. A representatividade feminina é necessária na luta pelos direitos das mulheres.

Lembre-se: POLÍTICA É MAIS DO QUE VOTAR

A participação do cidadão na política pode ocorrer de forma direta, por meio de órgãos de controle social (Conselhos) que atuam em nível municipal, estadual e federal.

Já a participação indireta envolve a substituição da pessoa por um representante. Neste caso, é **direcionada ao parlamentar** a tarefa de controlar e fiscalizar o poder governamental, além da elaboração de leis de interesse social. Esta é a chamada **democracia representativa**.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO LEGISLATIVO

Somando mais da metade do eleitorado, o público feminino ocupa menos de 10% das vagas no Congresso Nacional. Das 513 cadeiras na Câmara dos Deputados, a bancada feminina ocupa 51 assentos. Já no Senado, as mulheres ocupam apenas 13 vagas, das 81 existentes. Nenhum estado brasileiro tem mais de uma senadora e 14 não têm representação feminina no Senado. Isso significa que as mulheres são apenas 16% do total de senadores.

VOCÊ TEM ALGUMA DEPUTADA FEDERAL OU SENADORA REPRESENTANDO O SEU ESTADO?

Cinco estados brasileiros não possuem deputadas: Alagoas, Espírito Santo, Paraíba, Mato Grosso e Sergipe.

Catorze estados brasileiros não possuem senadoras: Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e Santa Catarina.



- ★ Estados sem senadoras
- ★ Estados sem deputadas
- ★ Estados sem deputadas e senadoras



QUANTAS VEREADORAS EXISTEM EM SEU MUNICÍPIO?

De 5.568 municípios brasileiros, 1.291 não possuem vereadoras e 1.963 têm apenas uma. Em apenas 23 municípios, o número de mulheres eleitas foi maior que o de homens.

FIQUE POR DENTRO

Todos os partidos são obrigados a reservar uma participação de, no mínimo, **30% de mulheres** em suas candidaturas.

MAS COMO GARANTIR A REPRESENTATIVIDADE FEMININA?

Procure saber se seu estado cumpre a lei de representação;

Saiba quais são as mulheres que se candidatam no seu estado e município;

Conheça as propostas dos partidos e das mulheres que os representam.

Saiba mais acessando o material disponível nas páginas eletrônicas:

Tribunal Superior Eleitoral
www.tse.jus.br

Instituto Brasileiro de Políticas Públicas
www.ibrapp.com.br

Procuradoria Especial da Mulher do Senado
www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria

Política também é coisa de mulher

<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/politica-e-coisa-de-mulher>

É HORA DA NOSSA VOZ

Em 22 de maio de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu por unanimidade destinar 30% do Fundo Eleitoral para a candidatura de mulheres, a partir das eleições deste ano. A resolução baseou-se na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a qual estabelece 30% do Fundo Partidário para as parlamentares.

- Esse valor não pode ser repassado, nem doado para outros candidatos.

- Caso o partido tenha mais de 30% de mulheres candidatas, o fundo deve ser distribuído proporcionalmente.

- A parcela de 30% também vale para propaganda eleitoral em rádio e televisão



MINIRREFORMA ELEITORAL

A decisão do STF alterou o artigo 9º da Lei 13.165/2015, conhecida como Minirreforma eleitoral. Ela estabelecia que uma reserva de no mínimo 5%, e no máximo 15%, do Fundo Partidário fosse destinada ao financiamento das campanhas eleitorais para mulheres. Já a mudança proposta pela Procuradoria Geral da República (PGR) estipulou o quantitativo mínimo de 30% do Fundo Partidário para as candidatas. Esta foi uma significativa conquista em favor do amadurecimento da democracia no Brasil.

O QUE É FUNDO PARTIDÁRIO E ELEITORAL?

Fundo Partidário é o nome popular dado ao Fundo de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, entregue mensalmente aos partidos. O Fundo contém atualmente o total de R\$ 888,7 milhões, para ser dividido entre as siglas.

Fundo Eleitoral é o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), utilizado em ano eleitoral. Conforme a Lei, ele é constituído por dotações orçamentárias da União, ou seja, proveniente de recursos públicos. Nas eleições de 2018, este fundo contará com R\$ 1,7 bilhão.



ATENÇÃO: LARANJAS, NÃO!

Com a intenção de cumprir a exigência dos 30% de candidaturas femininas, muitos partidos registram mulheres que não recebem votos. Segundo o TSE, em 2016, cerca de 16 mil candidatos em todo o país não obtiveram nenhum voto. Aproximadamente 89% desse total era formado por mulheres.

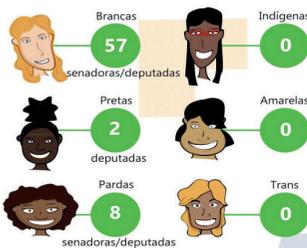
Candidatas-laranja: são mulheres utilizadas com o intuito de cumprir a cota de candidatura feminina, como determinado pela Legislação Brasileira. Muitas vezes, isso ocorre sem o conhecimento dessas candidatas.

Para saber mais: www.cidade5050.org.br www.vigieaqui.com.br/detectordefichadepolitico

MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES

A diversidade entre as mulheres presentes nos espaços de tomada de decisão também é necessária para a representatividade igualitária. Atualmente, o cenário não é misto, tendo a predominância de mulheres brancas.

REPRESENTATIVIDADE na política



(fonte do gráfico: TSE)

+ de **80%**

das parlamentares são brancas

dentre **67** deputadas e senadoras

apenas **10**

se declaram pretas e pardas



51% das brasileiras são negras

Mas o que podemos fazer enquanto cidadãos/ãos já que a desigualdade na representação feminina é evidente?

Nós podemos mudar essa realidade! Você deve ter uma visão crítica das eleições e dar um voto consciente. Com isso, podemos diminuir a desigualdade em respeito à diversidade.

FIQUE DE OLHO!

Use as redes sociais ao seu favor;



Pesquise sobre o seu candidato;

Acompanhe os projetos e propostas de campanha;

Analise o posicionamento dos candidatos e candidatas em relação às minorias;

Cheque se há participação efetiva das mulheres dentro da coligação.

Caminhos: violência contra a mulher

<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/caminhos-2013-violencia-contra-a-mulher>



Fundo Partidário e Eleitoral para as Mulheres, sim!

https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/folder_fundo-partidario-e-eleitoral



Política também é coisa de mulher

<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/politica-e-coisa-de-mulher>



Caminhos: violência contra a mulher

Exposições Fotográficas

MARÇO - MULHERES NA CONSTITUINTE

Na primeira quinzena de março, a exposição *Mulheres na Constituinte* homenageou as 26 deputadas federais – seis delas *in memoriam* – que participaram da elaboração da Constituição Federal de 1988, cujos 30 anos foram intensamente comemorados no Congresso.

Elas foram agraciadas com o Diploma Bertha Lutz em solenidade no Plenário do Senado.

O prêmio está em sua 17ª edição e reconhece anualmente personalidades que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no Brasil.

A mostra foi organizada pela ProMul, a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, pela Diretoria-Geral do Senado e recebeu muitos visitantes no espaço Senado Galeria.



Foto: Edilson Rodrigues



MARÇO - CONEXÃO MULHER: MULHERES NEGRAS NO SENADO

Como parte de sua programação para o mês das mulheres, o Shopping Venâncio promoveu, entre 6 e 29 de março, na Galeria Venâncio, a exposição *Mulheres Negras do Senado*, construída com imagens de mulheres negras da Casa, de servidoras terceirizadas à senadora Regina Sousa (PT-PI).

A mostra havia sido realizada em 2017 para celebrar o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, comemorado em 25 de julho, e foi uma iniciativa dos Comitês pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Diretoria-Geral e da ProMul.

As servidoras do Comitê de Gênero e Raça, Maria Cristina Monteiro, diretora de Relações Públicas, e Roberta Viegas, consultora Legislativa, e Ramíla Moura, jornalista da ProMul, participaram de *talk show* da programação *Conexão Mulher* no Venâncio Shopping sobre a inclusão da mulher no mercado de trabalho.

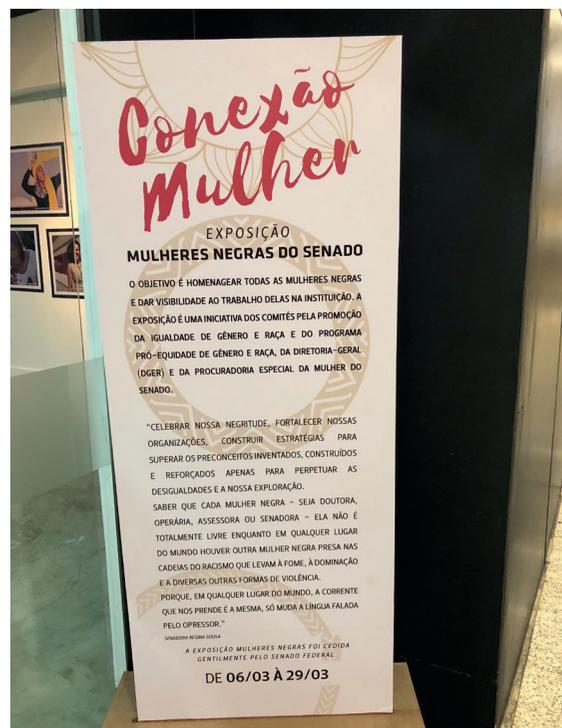


Foto: Diego Moreira



NOVEMBRO - O COTIDIANO DA FOTOGRAFIA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO E JUSTIÇA

A exposição foi levada à Biblioteca da Universidade de Brasília (UnB), no período de 20 de novembro a 10 de dezembro, como parte da programação da *Campanha dos 16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher*.

A organização ficou a cargo da ProMul, da Secretaria da Mulher e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara e da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Organizada por João Rios, fotógrafo, escritor e servidor do Senado, e sob curadoria da professora de fotografia Sinara Bertholdo, da UnB, a exposição reuniu trabalhos de mais 14 fotógrafos: Bárbara Peçanha, Carlos Bruno, Elizabeth Peral, Fernanda Araújo, Geraldo Magela, Gisele Santos, Júlia Bandeira, Lívia Barros, Luciano Campos, Maurício Melo, Nelson Oliveira, Paula Hong, Pillar Pedreira e Wagner Friaça.



Foto: Júlia Bandeira

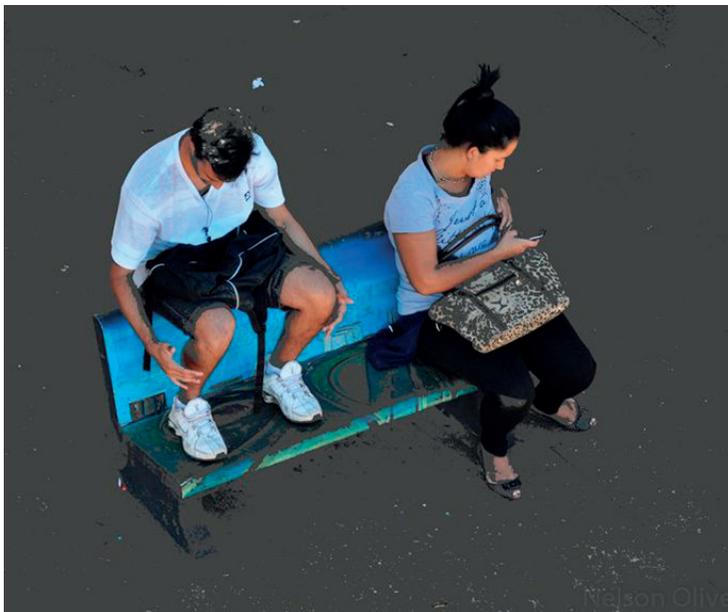


Foto: Nelson Oliveira



Foto: Sinara Bertholdo

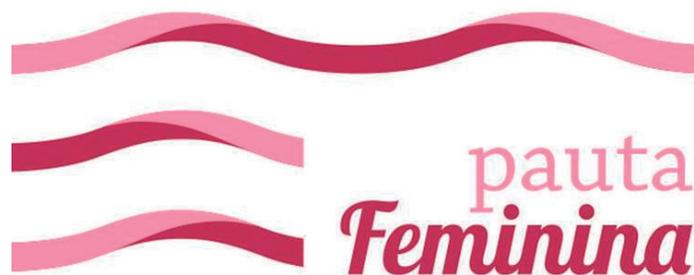
6

Projeto Pauta Feminina

Trata-se de uma parceria com a Secretaria de Mulheres e a Procuradoria de Mulheres da Câmara dos Deputados e o Núcleo de Estudos e Pesquisa da Mulher da Universidade de Brasília (Nepem), com apoio da ONU Mulheres e do Banco Mundial.

É um espaço aberto para o debate do pleno exercício da democracia participativa, baseado na valorização da cidadania como um processo contínuo de discussão reflexiva sobre as normas e padrões sociais baseados em gênero.

As reuniões, com formato de audiências públicas, acontecem de forma alternada uma vez por mês nas dependências do Senado e da Câmara dos Deputados e contam com a presença de especialistas e autoridades. O projeto tem se mostrado eficiente ao proporcionar o encontro de pessoas num contexto favorável de discussão, gerando troca de informações, fomento de temas para a pauta legislativa, esclarecimento de dúvidas dos participantes – presentes ou internautas – e a reflexão sobre questões muitas vezes polêmicas ou pouco contempladas na sociedade brasileira. As reuniões são transmitidas por meio do programa *Pautas Femininas*, da *Rádio Senado*, toda quinta-feira, às 21h (horário de Brasília), com duração de 10 minutos. Em 2018, foram realizados 12 encontros do projeto.



MARÇO (1º) – AÇÕES DO SERVIÇO PÚBLICO PARA ENFRENTAR VIOLÊNCIAS E FEMINICÍDIO: O ATENDIMENTO DE AUTORES DE VIOLÊNCIA

Um grande público compareceu ao Plenário 9, da Ala Alexandre Costa do Senado, para discutir ações nacionais e internacionais voltadas para o atendimento a autores de violência contra as mulheres. A coordenação foi dividida entre a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e Emília Fernandes, ex-senadora e presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul.

Abordaram o assunto Fabrício Guimarães, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT); Raíssa Rossiter, da Secretaria Adjunta de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Governo de Brasília; Marcelo Porto, psicólogo e sargento do Policiamento de Prevenção Orientada à Violência Doméstica (Provid/PMDF); Veronique Durand, pesquisadora francesa; Henrique Marques, do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado; Lourdes Bandeira, professora de sociologia da Universidade de Brasília; e o juiz do TJDFT, Ben-Hur Ferreira.

Participaram Goretti Reis (PSD), deputada estadual de Sergipe, que anunciou a criação da Procuradoria Especial da Mulher naquela Assembleia Legislativa; Ilana Trombka, diretora-geral do Senado; Tânia Fontenele, cineasta; Mara Dall'Negro, coordenadora do Fórum de Mulheres do Mercosul-DF, e representantes das embaixadas Kiriti Chakma (Bangladesh); Isabella Tomás (Áustria); Cecília Sá Cavalcante (Suécia).



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

MARÇO (16) – ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL: SUAS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DA MULHER



Em evento marcado pela dor do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), no dia 14, as mulheres de Manaus (AM) lotaram o auditório do Ministério Público do Trabalho para discutir a violência e assédio.

Abordaram o tema a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM); Fabíola Bessa, procuradora do Ministério Público do Trabalho; Ben-Hur Viza, juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT); Gláucia Soares, da Comissão da Mulher Advogada da OAB-AM; Isis Tavares, da Central de Trabalhadores do Brasil (CTB); Laíde Barros, da União Brasileira de Mulheres (UBM-AM); e Dora Brasil, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM-AM).

Entre as presenças: Alessandra Campello (MDB), deputada estadual; Vanessa Gonçalves (PROS), vereadora de Parintins; Lúcia Antony, presidente do PCdoB local e Luciana Verçosa, da Secretaria Municipal da Mulher.

MARÇO (22) – A VOZ DAS MULHERES NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Foto: Gerardo Magela/Agência Senado

Ilana Trombka, diretora-geral do Senado, coordenou a edição do Pauta Feminina no Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), em Ceilândia (DF) em evento organizado em parceria com o grupo Mulheres do Brasil.

A mesa reuniu Gina Vieira Ponte, professora e criadora do premiado projeto *Mulheres Inspiradoras*; Sandra Melo, titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do DF; Livia Gimenes Dias da Fonseca, do projeto Promotoras Legais Populares e Érika Laurindo, chefe do CEAM de Ceilândia.

Estavam presentes Ana Paula Damasceno, coordenadora de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Governo de Brasília; Marília Serra, da Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (ABRAFH); Giancarlo Parra Lima, da Administração de Taguatinga; Henrique Marques, do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado; e Mara Dall'Negro, do Fórum de Mulheres do Mercosul.

ABRIL (26) – INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA HISTÓRIA



Foto: Daia Viana/Agência Senado

O processo de apagamento das mulheres na história foi o tema da edição de abril do projeto *Pauta Feminina*, organizado pela Secretaria da Mulher da Câmara em parceria com a ProMul, no Plenário 15 da Câmara dos Deputados, com mediação da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), 2ª Procuradora Adjunta da Mulher na Câmara.

O encontro foi aberto com exibição do documentário *Poeira e Batom: 50 Mulheres na Construção de Brasília*, da cineasta Tânia Fontenele, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Aplicada da Mulher (Ipam).

Debateram o tema Tânia Navarro Swain, professora, historiadora e pesquisadora da UnB; Pilar Acosta, pesquisadora e professora do Instituto Federal de Brasília (IFB), idealizadora do projeto *Heroínas sem Estátua* desenvolvido no Centro de Ensino Médio I de São Sebastião (DF); e Joseanes Santos, ativista da Frente de Mulheres Negras do DF.

MAIO (24) – ELEIÇÕES 2018: MULHERES A CAMINHO DAS URNAS



Foto: Kamila Moura/Profil

Mais de 100 mulheres participaram do debate no auditório do Interlegis do Senado. Detentoras de mandato ou candidatas, elas discutiram a memória das primeiras mulheres a ingressar na carreira política e os obstáculos que as mulheres da atualidade enfrentam na hora da candidatura a um cargo público.

O encontro foi mediado pela deputada Professora Marcivânia (PCdoB-AP) e contou com parceria do Fórum de Mulheres do Mercosul no projeto “Mais Mulheres no Poder”, de qualificação para mulheres candidatas.

A advogada Luciana Lóssio esclareceu dúvidas sobre a aplicação do Fundo Eleitoral pelos partidos. “É importante compreender que a liberação de recursos só será autorizada depois que o partido determinar para quais candidatas o valor será destinado. Assim, as mulheres de partidos deverão procurar as direções executivas nacionais de cada sigla para opinar sobre os critérios a serem obedecidos em cada agremiação”, orientou.

JULHO (5) – FUTEBOL FEMININO



O difícil cenário para o futebol feminino foi discutido no projeto *Pauta Feminina*, no Plenário 14 da Câmara dos Deputados.

Coordenada pela deputada Ana Perugini (PT-SP), a conversa contou com representantes do Ministério do Esporte, da Caixa Econômica Federal, de federações estaduais de dirigentes de clubes, de jornalistas, de associações de torcedoras e de ex-atletas, como Aline Pellegrino, que participou por videoconferência e destacou o potencial transformador do esporte.

Apesar das dificuldades e falta de incentivo público e privado, enquanto a seleção masculina de futebol do Brasil lutava pelo “hexa” nos campos da Copa do Mundo, as mulheres já eram heptacampeãs na Copa América e lutarão pelo campeonato mundial na França, em 2019.

O sucesso feminino nos gramados se repete no futebol de salão, modalidade na qual as mulheres ganharam seis dos nove títulos internacionais disputados.

JULHO (26) – INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA: SUPERAR OBSTÁCULOS PARA PREVENIR VIOLÊNCIAS E PROMOVER AUTONOMIA



Foto: Rita Pelli/Prohumi

Realizado fora do Senado pela segunda vez, o projeto *Pauta Feminina* levou a Planaltina-DF o debate sobre independência econômica.

O encontro foi coordenado pelo chefe substituto do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), Walber Jean Borges, e mobilizou mais de cinquenta pessoas da região, que se abrigaram sob uma tenda branca na parte externa do CEAM.

Participaram Lúcia Bessa, advogada e vice-presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do DF; Henrique Marques, coordenador do Observatório da Violência contra a Mulher; Tamara Naiz, da União Brasileira de Mulheres, Georgina Fagundes, da ONG Arcana; Keila Nascimento, Casa Civil; Emília Cardoso, Secretária de Segurança; Arenilda da Silva; integrantes do Programa de Prevenção à Violência Doméstica (Provid), da Polícia Militar; e as alunas de pintura do prof. Herbert: Maria Marluce Campos, Nilza Alves, Joaquina de Oliveira, Márcia Matilde de Oliveira, Filomena de Souza, Maria Elisabete Santos e Maria Alves Batista.

AGOSTO (7) – A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA POLÍTICA



Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

Mediado pela deputada Érika Kokay (PT-DF) e por Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, o encontro em agosto debateu a violência política dirigida às mulheres, em consideração aos 12 anos e aniversário da Lei Maria da Penha (11.340/06), no Plenário 10 da Câmara dos Deputados.

A opinião unânime foi de que a falta de espaço para a representação feminina nos lugares de poder configura situações de violência. Participaram Flávia Biroli, professora da UnB; Noelle Silva, pesquisadora; Ilka Teodoro, da Associação Artemis contra a Violência Doméstica e Obstétrica; Andreza Colatto, secretária Nacional de Políticas para Mulheres (SPM); Rodrigo Barbosa, da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Cheila de Lima, da Coordenação Geral de Violência de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde; Antonio Teixeira Lima Junior, do Ipea, e Soraia Mendes, do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

AGOSTO (8) – RESPOSTAS AO ENFRENTAMENTO DO FEMINICÍDIO DAS MULHERES NEGRAS



Foto: Gerardo Magalhães/Agência Senado

A Lei Maria da Penha não consegue responder à violência cometida contra mulheres negras brasileiras. Esta foi uma das conclusões da edição especial, no Plenário 10 da Câmara dos Deputados.

Cerca de 60 pessoas participaram da audiência mediada pela deputada Zenaide Maia (PROS-RN).

Debateram o tema Andreza Colatto, secretária Nacional de Políticas para Mulheres; Ilka Teodoro, da Associação Artemis contra a Violência Doméstica e Obstétrica; Rodrigo Barbosa, do Departamento de Igualdade Racial da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Cheila Marina de Lima, da Coordenação Geral de Violência de doenças e agravos Não Transmissíveis; Antonio Teixeira, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea) e Soraia Mendes, do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

Entre as presenças, Márcia Rollemberg, primeira dama e colaboradora do Governo de Brasília; Emília Fernandes, ex-senadora e presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, e Érica Paes, especialista em defesa pessoal para mulheres.

SETEMBRO (27) – ENDOMETRIOSE: DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E INTERVENÇÕES QUE IMPACTAM A VIDA DAS PORTADORAS



Foto: Gerardo Magela/Agência Senado

Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, mediou o debate no Plenário 6 do Senado, quando especialistas discutiram aspectos da doença que atinge cerca de sete milhões de brasileiras em idade reprodutiva.

A endometriose se caracteriza pela presença de células do endométrio – camada que reveste o útero internamente – em outros lugares e órgãos do corpo, como ovários, intestino ou bexiga.

Debateram o tema Caroline Salazar, jornalista, idealizadora do blog *A Endometriose e Eu*; Eduardo Ribeiro do Valle, médico especialista em Cirurgia Ginecológica Minimamente Invasiva; Francisca Valda, Conselheira Nacional de Saúde e Coordenadora Adjunta da Comissão Intersectorial de Saúde das Mulheres; Hitomi Miuri, presidente da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida; Mônica Neri, coordenadora-geral de Saúde das Mulheres do Ministério da Saúde e Paula Lemos, portadora de endometriose e coordenadora da *Endomarcha* em Brasília.

NOVEMBRO (29) – DIFICULDADES ENFRENTADAS POR MULHERES ENCARCERADAS



Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

A presença de crianças no sistema prisional foi o ponto mais preocupante debatido entre as palestrantes, no Plenário 3 da Câmara dos Deputados.

A deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ) disse que em visitas ao sistema prisional constatou a presença em maior número de mulheres jovens e negras entre as encarceradas. “No primeiro ano de minha legislatura fiz projeto de lei para construir creches e berçários nos prédios femininos”, destacou.

Participaram Susana Almeida, coordenadora de Políticas para Mulheres e Promoção das Diversidades do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e Danielle Gruneich, assessora da Secretaria da Mulher, que lembrou o esforço concentrado da bancada feminina da Câmara para aprovar projetos prioritários em sessão plenária no dia anterior.

O PL 10.269/18, da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que substitui a prisão preventiva por prisão domiciliar para grávidas e mães de crianças de até 12 anos, foi aprovado no Plenário da Câmara e já é lei.

DEZEMBRO (3) – A VIOLÊNCIA LETAL CONTRA MENINAS ADOLESCENTES



Foto: Marcos Moura

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Regina Sousa (PT-PI) representou a bancada feminina na edição especial do encontro em Fortaleza (CE) e divulgou o aplicativo *Salve Maria*, criado para facilitar a denúncia de violências contra a mulher.

A audiência pública foi coordenada pela deputada Augusta Brito (PCdoB), procuradora Especial da Mulher do Ceará, no Plenário da Assembleia Legislativa local, com apoio da ProMul e do Unicef.

Debateram o tema o deputado Renato Roseno (PSOL), coordenador do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios; Luciana Gaspar, vereadora; Dillyane Ribeiro, do Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente; Gina Moura, da Defensoria Pública estadual; Rose Marques, do Fórum Cearense de Mulheres; o delegado Leonardo Barreto; do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP); Camila Silveira, coordenadora de Políticas para as Mulheres estadual e Kílvia Teixeira, da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Oficina Saúde da Mulher: Autonomia no Corpo e na Vida

Em 2018 foram ministradas 22 oficinas em 11 cidades brasileiras. Centenas de mulheres conheceram os conceitos de saúde integral de acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Servidoras públicas, trabalhadoras da iniciativa privada, profissionais liberais, sindicalistas, empregadas e desempregadas, mulheres do campo, das águas e das cidades, com ou sem escolaridade e deficiência física ou intelectual, com ou sem filhos, jovens e idosas, de livre orientação sexual e de diversas classes sociais e variadas crenças religiosas, parteiras tradicionais e mulheres encarceradas.

A ampla diversidade do público alcançado pela oficina permitiu a todas interagir de forma lúdica e descontraída para reproduzir princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e sua relação com direitos e deveres de cidadania.

Por meio da medicina baseada em evidências, foram transmitidos conteúdos de prevenção, proteção e promoção da saúde física, emocional e mental, baseadas na compreensão sistêmica do funcionamento do corpo feminino e suas especificidades.

O sucesso dos encontros deveu-se à mobilização e envolvimento de gestores dos três níveis de governo e ao apoio de entidades de mulheres e dos movimentos sociais, preocupadas em aproximar o Poder Legislativo das ações comunitárias.

Com o objetivo de ressignificar saberes, os encontros mostraram-se promissores e cumpriram a missão da ProMul de incentivar nas mulheres a busca pela igualdade e respeito ao direito a uma vida plena e livre de violências e discriminações de gênero.

Foram feitas duas oficinas no Presídio Feminino do DF nos dias 19 e 20 de novembro, em parceria com o Pronatec Prisional, mas não é autorizada a divulgação de fotos.

Saiba mais em: www.esqueleta.com.br

ESQUELETA!

RITA POLLI REBELO



AUTONOMIA
no CORPO
e NA VIDA

FEVEREIRO (23) CÂMARA MUNICIPAL - TERESINA-PI

Foto: Andrea Cavalcanti



ABRIL (6) CÂMARA MUNICIPAL - SÃO VICENTE-SP

Foto: André Godoy



MARÇO (6) IMPRENSA NACIONAL - BRASÍLIA-DF

Foto: ASCOM/Imprensa Nacional



MAIO (17) ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - NATAL-RN

Foto: Ludmila Flores



MAIO (19) IGREJA DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS - TAGUATINGA-DF

Foto: Lena Santiago



JUNHO (4) SENAC - BRASÍLIA-DF

Foto: Ramila Moura/ProMul



JUNHO (3) NA LUZ DO PARTEJAR - BOTUCATU-SP

Foto: Paula Bento/ProMul



JUNHO (8) CÂMARA MUNICIPAL - RIO CLARO-SP

Foto: Divulgação



JUNHO (15) SERVIDORAS TERCEIRIZADAS - SENADO - BRASÍLIA-DF

Foto: Paula Bento/ProMul



AGOSTO (9) SESC SEDE - BRASÍLIA-DF

Foto: Paula Bento/ProMul



JUNHO (29) CÂMARA MUNICIPAL - JAÚ-SP

Foto: Lúcia Malaquias/ProMul



AGOSTO (10) GRUPO GESTANTES - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO (HUB) - BRASÍLIA-DF

Foto: Paula Bento/ProMul



AGOSTO (23) PROJETO TIC TAC - ESCOLA ENSINO MÉDIO LAGO NORTE-DF

Foto: Iss. Marra/ProMul



AGOSTO (24) MOVIMENTO ORGULHO AUTISTA - GOIÂNIA-GO (NOITE)

Foto: Evelyn Leal/ProMul



AGOSTO (24) CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL (CAPS) - APARECIDA DE GOIÂNIA-GO (MANHÃ)

Foto: Evelyn Leal/ProMul



AGOSTO (31) CÂMARA MUNICIPAL - CAMPINA GRANDE-PB

Foto: Paula Bento/ProMul



OUTUBRO (10) ESCOLA ESTADUAL CAIC BOM JARDIM -
FORTALEZA-CE

Foto: Lucia Malaquias/ProMull



OUTUBRO (16) FÁBRICA SOCIAL - CIDADE ESTRUTURAL -
BRASÍLIA-DF (TARDE)

Foto: Fernanda Santos/ProMull



OUTUBRO (16) FÁBRICA SOCIAL - CIDADE ESTRUTURAL -
BRASÍLIA-DF (MANHÃ)

Foto: Evelyn Leal/ProMull



OUTUBRO (19) CASA DE CULTURA REPÚBLICA BLUES -
ALEXÂNIA-GO

Foto: Evelyn Leal/ProMull



8

Campanha "Mais Mulheres na Política"

A Campanha da Bancada Feminina no Congresso é organizada pela ProMul em parceria com a Secretaria de Mulheres e a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados. A campanha conta com cartaz virtual e banners.



*mulheres
na política*

A REFORMA QUE O BRASIL PRECISA.

Secretaria da
Mulher

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Procuradoria
Especial da Mulher

SENADO
FEDERAL

Conheça o jingle *Mais Mulheres na Política*:

Toda mulher nasceu pra brilhar
Em todo canto, em todo lugar
E traz nas mãos a força pra fazer acontecer
Só precisa de oportunidade
Pois tem garra e coragem
Pra fazer o Brasil crescer
Vem com a gente, tome seu lugar
Pois mulher nasceu pra brilhar
É o Brasil que precisa da mulher na política (bis)
É o Brasil que precisa da mulher na política (bis)

Composição: Paulo Marinho

Interpretação: Márcia Siqueira

Disponível em: <http://bit.ly/jinglemulher1>



Foto: Roberto Jayme/Ascom TSE

Motivadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5617, senadoras e deputadas apresentaram consulta sobre a aplicação do Fundo Eleitoral ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux.

A ADI determinou que a distribuição de recursos do Fundo destinado ao financiamento das campanhas eleitorais em 2018 para candidaturas de mulheres deve ser feita na exata proporção de concorrentes de ambos os sexos, respeitado o patamar mínimo de 30%.

Assinaram a consulta as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ângela Portela (PDT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Kátia Abreu (PDT-TO), Regina Sousa (PT-PI), Lídice da Mata (PSB-BA) e Rose de Freitas (PODE-ES); e pelas

deputadas federais Gorete Pereira (PR-CE), Jô Moraes (PCdoB-MG), Luana Costa (PSB-MA), Luciana Santos (PCdoB-PE), Raquel Muniz (PSD-MG) e Soraya Santos (PR-RJ).

Participaram da visita ao gabinete do ministro Luiz Fux as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoBAM) e Lídice da Mata (PSB-BA), as deputadas Luciana Santos (PCdoB-PE), Jô Moraes (PCdoB-MA), Benedita da Silva (PT-RJ), Ana Perugini (PT-SP), Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), e Rosinha da Adefal (PODE-AL).

Acompanharam a visita Sandra Costa (Instituto Sabin); representantes do Grupo Mulheres do Brasil; Mara Dall Negro, vice-presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul; e Luciana Lóssio, ex-ministra do TSE.



Foto: Marcelo Favereti/ProMuli

Senadoras e deputadas foram recebidas pela relatora da consulta, ministra Rosa Weber, vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Elas estavam acompanhadas da advogada Luciana Lóssio, ex-ministra do Tribunal e solicitante da consulta sobre a aplicação do Fundo eleitoral. As parlamentares conversaram com a ministra sobre o necessário e justo equilíbrio para assegurar a igualdade efetiva em favor da equidade entre mulheres e homens na política.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou o esforço conjunto da bancada feminina, que demonstrou perseverança e expôs para a ministra as dificuldades que as mulheres brasileiras encontram no cenário

político eleitoral e que levam o Brasil a possuir a pior representação feminina da América Latina, apesar de ser o principal país da região.

Participaram as senadoras Lídice da Mata (PSB-BA), Marta Suplicy (sem partido-SP) e Fátima Bezerra (PT-RN); e as deputadas, Jô Moraes (PCdoB-MG), Conceição Sampaio (PP-AM), Soraya Santos (PR-RJ), Gorete Pereira (PR-CE), Luana Costa (PSC-MA), Júlia Marinho (PSC-PA), Josi Nunes (PROS-TO), Dulce Miranda (MDB-TO) e Emília Fernandes, ex-senadora, ex-ministra da Mulher e presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul.

MAIO (22)



Foto: Roberto Jayme/Ascom TSE

Senadoras e deputadas comemoraram com alegria a resposta positiva dos ministros do TSE, que acompanharam por unanimidade o voto favorável da ministra Rosa Weber à consulta feita em abril sobre a aplicação do Fundo eleitoral.

Em seu voto a ministra lembrou que o Brasil é o 154º colocado no ranking da presença de mulheres nos parlamentos do mundo, ficando atrás de países como Afeganistão, Iraque e Nigéria. Portanto, a inclusão de mulheres na política é “necessária, legítima e urgente”, alertou.

Ao lado da procuradora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) estavam a senadora Marta Suplicy (sem partido-SP) e as deputadas Jô Moraes (PCdoB-MG), Luciana Santos (PCdoB-PE), Soraya Santos (PR-RJ), Janete

Capiberibe (PSB-AP), Gorete Pereira (PR-CE), Carmen Zanotto (PPS-SC), Keiko Ota (PSB-SP), Maria Helena (MDB-RR), Laura Carneiro (DEM-RJ), Raquel Muniz (PSD-MG), Leandre (PV-PR), Josi (PROS-TO), Dâmina Pereira (PODE-MG), Magda Mofatto (PR-GO), Luana Costa (PSC-MA), Norma Ayub (DEM-ES), Zenaide Maia (PROS-RN), Professora Dorinha (DEM-TO), Rosângela Gomes (PRB-RJ), Iracema Portella (PP-PI) e Conceição Sampaio (PSDB-AM).

A sessão contou com a presença de Raquel Dodge, procuradora-geral eleitoral do Ministério Público Eleitoral, que emitiu parecer também favorável para consideração da Corte.

JUNHO (5)



foto: Marcelo Favaratti/Profil

As senadoras reuniram-se no gabinete da procuradora Especial da Mulher, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), para conversar sobre os próximos passos da bancada feminina após a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do dia 22 de maio, que garantiu a aplicação de 30% do valor do Fundo Eleitoral às candidaturas femininas e igual porcentagem para o tempo da propaganda política no rádio e na TV.

O encontro contou com a presença da advogada Luciana Lóssio, ex-ministra do TSE, autora da consulta das parlamentares feita em 12 de abril e respondida favoravelmente às mulheres.

Ela garantiu que a aplicação da norma seria válida para as eleições de 2018 e destacou como positivo o fato de a transferência do valor correspondente ser feita diretamente para a candidata e não para do partido.

Participaram as senadoras Lídice da Mata (PSB-BA); Fátima Bezerra (PT-RN); Ângela Portela (PDT-RR); Ana Amélia (PP-RS), Regina Sousa (PT-PI); Simone Tebet (MDB-MS); Marta Suplicy (Sem partido-SP); a deputada federal Raquel Muniz (PSD-MG); Humberto Chaves, advogado, e Ilana Trombka, diretora-Geral do Senado.

9

*Oficina Interlegis Senado
Mulheres nas Casas Legislativas*

APRESENTAÇÃO

O projeto tem por finalidade fomentar presencialmente, nas assembleias legislativas, câmaras municipais e no Distrito Federal, o diálogo sobre direitos e deveres de cidadania para promoção da igualdade de gênero e raça e empoderamento da mulher nos ambientes de relações de trabalho, educacionais e domésticos.

A intenção é transmitir informação com qualidade, oferecer formação diferenciada e orientar sobre leis aprovadas pelo Congresso relativas às mulheres nas áreas de trabalho e inclusão financeira, direitos humanos e violência e saúde.

Espera-se ainda fazer com que o Parlamento tenha com distinção e de forma inédita a capacidade de ouvir a comunidade e trazer especialmente à bancada feminina do Senado aspirações e expectativas do público local.

O encontro pressupõe contato anterior direto com gabinetes de senadoras e senadores, tanto na fase preparatória, quanto na execução, assim como na continuidade e encaminhamento de sugestões legislativas e ações advindas da discussão do conteúdo em questão.

É bem-vinda a parceria com órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, entidades da indústria e do comércio, de mulheres e dos movimentos sociais, assim como lideranças capazes de reproduzir e disseminar saberes compartilhados de forma indistinta.

O projeto é resultado de parceria entre a Procuradoria Especial da Mulher (ProMul); o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), por meio do Interlegis; a Diretoria Geral; o Comitê Permanente pela Igualdade de Gênero e Raça; o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) e o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado.

O encontro tem duração de um dia e é composto por três módulos: *Oficina Observatório da Mulher contra a Violência: Produção de dados sobre violência contra as mulheres*; *Oficina Saúde da Mulher: autonomia no corpo e na vida*; *Oficina Desafios para Ascensão Profissional de Mulheres*.

No período da manhã, é composta mesa de abertura com coordenação da(o) senadora(or) proponente(or) do encontro, apresentação dos órgãos internos envolvidos, como o cerimonial de ambas as Casas.

A lista de convidados e personalidades locais, gestores de órgãos públicos, lideranças políticas e representantes de entidades dos movimentos sociais e de mulheres é sugerida sob orientação do gabinete da (o) parlamentar.

As inscrições são abertas cerca de 15 dias antes do evento por meio de *hiperlink* com o convite exibido na página do ILB e as(os) participantes recebem o certificado posteriormente pelo e-mail cadastrado.

O propósito é aproximar o Poder Legislativo federal das esferas legislativas estaduais e municipais e ampliar relações de forma institucional com canais de comunicação capazes de promover ampla divulgação do conteúdo sugerido.

Em seguida é ministrado o primeiro módulo com a palestra Observatório da Mulher contra a Violência: Produção de dados sobre violência contra as mulheres e aberta a palavra ao público, com o objetivo de coletar estatísticas e exemplos de boas práticas e experiências locais para prevenção e combate à violência.

Os três módulos acontecem nas instalações das Casas Legislativas, com duração de duas horas cada um e são ministrados por servidor e servidoras do Senado, com capacidade técnica avaliada pelas participantes, que recebem crachá de identificação, assinam lista de presença e recebem materiais educativos e publicações do Senado.

Após intervalo para almoço, são instaladas as palestras *Saúde da Mulher: autonomia no corpo e na vida* e *Desafios para ascensão profissional de mulheres*.

Em 2018, a Oficina chegou a seis municípios: Teresina-PI, São Vicente-SP, Natal-RN, Rio Claro-SP, Jaú-SP, e Campina Grande-PB, como a seguir:

FEVEREIRO (23)

TERESINA-PI

Oficina Interlegis

Senado Mulheres

nas Casas Legislativas

Teresina - PI 23 fev 2018

8h	Credenciamento
8h30	Abertura oficial Com a presença da Senadora Regina Sousa
9h30	Palestra: Lideranças e oportunidades iguais Elaine Dutra Coordenadora do Fórum de Interlegis Rita Polli Coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Márcia Regina de Siba Coordenadora do Estado de Políticas Para as Mulheres Tatiane Seixas União Brasileira de Mulheres (UBM-PI)
12h	Intervalo para almoço
Oficinas Simultâneas	
13h30	Saúde da Mulher: autonomia no corpo e na vida Rita Polli Rebelo Coordenadora da Procuradoria da Mulher do Senado
13h30	Observatório da Mulher contra a Violência: produção de dados sobre violência contra as mulheres Luciane Mello Observatório da Mulher Contra a Violência Dr. Francisco Jesus Lima Ministério Público do Piauí Thais Lages Paz Delegada de Polícia Civil do Piauí
13h30	Ascensão Profissional de Mulheres Roberta Grogall Dmª pela Universidade Ockard Ranilda Moraes Senadora da Procuradoria da Mulher do Senado
15h30	Coffee break
16h	Plenária Final Com a presença da Senadora Regina Sousa

Inscrições
www.terezina.leg.br

Local: Câmara Municipal de Teresina
Plenarinho, Salão Nobre e Sala das Comissões
Av. Marechal Castelo Branco, 625 – Cabral

Informações: (61) 3303-3221 | (86) 3231-1650

INTERLEGIS - O legislativo moderno e integrado

A cidade de Teresina-PI recebeu a primeira edição do ano da Oficina na Câmara Municipal, às vésperas do dia da conquista do voto feminino no Brasil, comemorado em 24 de fevereiro, com a presença da governadora então em exercício, Margarete Coelho (PT) e da senadora Regina Sousa (PT-PI) na mesa de abertura.

Participaram ainda Antônio Carlos Buriti, do Interlegis; Francisco de Jesus Lima, promotor de Justiça e coordenador do NUPEVID (Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar); a vereadora Cida Santiago (PHS), a deputada estadual Flora Isabel (PT), e Débora Cristina Paz, integrante do projeto Escola de Liderança para Meninas da Plan International.

Para a senadora Regina, a Oficina desperta os gestores estaduais para a falta de participação feminina na política. “É essencial que as mulheres sejam empoderadas no sentido de receber conhecimentos”, disse a parlamentar. “Não queremos tomar espaço, queremos ocupar o nosso”, frisou.

A coordenadora da ProMul, Rita Polli Rebelo, levou às piauienses a saudação da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado desde 2013. Segundo Rita, “o objetivo da oficina itinerante é estimular a criação de procuradorias da mulher nos municípios e levar capacitações sobre ascensão profissional de mulheres, saúde da mulher, liderança e oportunidades iguais”.

Atividades

No módulo Produção de Dados sobre Violência contra Mulheres, a servidora Luciane Mello, do Observatório da Mulher contra Violência (OMV), apresentou a 2ª edição do Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil: Indicadores Nacionais e Estaduais. O promotor Francisco de Jesus Lima divulgou o mapa das violências praticadas contra mulheres no Piauí, e a delegada Thaís Lages trouxe informações locais a respeito dos dias em que as denúncias de violência são mais frequentes, concentradas em maior número nos fins de semana.

Durante a oficina Saúde da Mulher: Autonomia no Corpo e na Vida, a fisioterapeuta Rita Polli Rebelo levou às piauienses informações sobre saúde integral e políticas públicas para mulheres, com o auxílio da mascote da oficina, a “Esqueleta”, uma réplica anatômica do esqueleto humano em tamanho real.

A oficina discutiu a saúde de acordo com orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que compreendem aspectos psicofísicos e sociais para ampliar os conceitos de saúde com base na fisiologia do corpo humano e na interação entre os sistemas do corpo.

Participaram Tatiane Seixas, presidenta da União Brasileira de Mulheres (UBM-PI)

Haldaci Regina, coordenadora estadual de Políticas para Mulheres e Thaís Lages, delegada da Polícia Civil do Piauí.

Ramila Moura e Roberta Gregoli compartilharam indicações de como ascender profissionalmente nas organizações e nas diversas profissões ocupadas por mulheres. Elas também debateram com as

participantes conceitos como racismo institucional, assédio sexual e moral, que muitas vezes funcionam como entraves para impedir que as mulheres cheguem aos postos de chefia.

Foto: José João Maciel



ABRIL (6)

SÃO VICENTE-SP

A senadora Marta Suplicy (Sem partido) compartilhou sua rica experiência no movimento feminista brasileiro com dezenas de mulheres na Oficina na Câmara Municipal de São Vicente-SP.

A comunidade paulista participou ativamente do encontro na cidade mais antiga do Brasil (fundada em 1532) e conheceu as ações da bancada feminina e as iniciativas do Senado pela promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens.

O anfitrião do encontro foi Wilson Cardoso (MDB), presidente da Câmara Municipal, ao lado da vice-prefeita, Professora Lurdinha. O Interlegis foi representado por Dalva Dutra, da Coordenação de Planejamento e Relações Institucionais.

A senadora Marta falou de sua experiência pessoal, das conquistas das mulheres, com destaque para o que vem sendo feito no

Parlamento, e dos problemas que ainda persistem. Discorreu sobre avanços em áreas como da Saúde e do Direito e deu conselhos: “A transformação virá de cada uma de nós, não podemos nos submeter ao machismo, tanto em casa, quanto em todos os ambientes de poder”.

Marta Suplicy se disse muito satisfeita por estar compartilhando ideias, inclusive com as vereadoras presentes, que resultem em empoderamento das mulheres. “Cada um tem alguma coisa que quer fazer para mudar, senão não estaria aqui; então, comecem”.

Pelo formato do projeto, na parte da tarde houve a divisão das participantes em três módulos, ministrados por especialistas do Senado.

Saúde integral

No módulo Saúde da Mulher: autonomia no corpo e na vida, a fisioterapeuta Rita Polli Rebelo, da ProMul, elucidou direitos e deveres na área da saúde da mulher, especialmente referentes ao diagnóstico, tratamento e reabilitação do câncer de mama e do colo do útero.

Foi destacada a prevenção, a proteção e a promoção da saúde de acordo com doenças preveníveis e não transmissíveis como diabetes, sedentarismo, alcoolismo e tabagismo e as estatísticas que revelam o quanto as mulheres são afetadas.

Registrou-se a importância do sexo protegido para evitar Aids e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), como as hepatites virais e também o HPV.

Direitos Humanos

Laura de Sousa, do Observatório da Mulher contra a Violência, ministrou o módulo Coleta de dados sobre Violência, quando divulgou as últimas estatísticas de assassinato de mulheres em nível nacional para mostrar a importância do trabalho em sintonia entre os gestores locais e o Senado.

O estado de São Paulo figura entre os mais violentos do país, por outro lado é também o que proporcionalmente oferece uma maior rede de proteção à mulher.



Inclusão financeira

Maria Cristina Silva Monteiro e Ramíla Moura, respectivamente diretora de Relações Públicas e jornalista da ProMul, que aplicaram de forma descontraída e interativa os conceitos sobre ascensão profissional e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres decorrentes da desigualdade de gênero.

As representantes das câmaras municipais comprometeram-se a sensibilizar vereadoras para a criação de procuradorias especiais e fortalecer a mobilização das comunidades em favor das pautas femininas locais.

Cerca de 60 pessoas participaram do evento e seis câmaras municipais da Baixada Santista enviaram representantes, que aprovaram com entusiasmo o formato interativo dos módulos. Dentre os quais Mariany Castro Vieira, da União Brasileira de Mulheres (UBM); Darlan Crisóstomo Arruda, presidente da Associação dos Advogados de São Vicente; Antonio Eduardo dos Santos, vereador de Mongaguá-SP; e as vereadoras Regina Barrach (Pederneiras-SP); Maria do Carmo Guilherme (Rio Claro-SP) e Juliana Santos (Santa Branca-SP).

Foto: André Godoy



MAIO (17)

NATAL-RN

Oficina Interlegis

Senado Mulheres nas Casas Legislativas

Natal - RN **17 mai** 2018

10h **Abertura oficial**
Senadora Fátima Bezerra
Senadora Vanessa Grazziotin | Procuradora Especial da Mulher do Senado
Deputado Estadual Ezequiel Ferreira | Presidente da Assembleia Legislativa do RN
Vereador Raniel Barbosa | Representação da Federação das Câmaras Municipais do RN
Antônio Helder Medeiros Rebouças | Diretor Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal
Fátima Loboza | Secretária Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres
Representante da Marcha Mundial de Mulheres
Representante do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte

11h30 **Credenciamento para as oficinas simultâneas**

12h **Intervalo para almoço**

Oficinas Simultâneas

13h30 **Saúde da Mulher: autonomia no corpo e na vida**
Rita Poli Rebelo | Coordenadora da Procuradoria da Mulher do Senado Federal

13h30 **Observatório da Mulher contra a Violência: produção de dados sobre violência contra as mulheres**
Roberta Viegas | Consultora Legislativa e Colaboradora do Observatório da Mulher contra a Violência

13h30 **Ascensão Profissional de Mulheres**
Marta Terezinha Nunes | Gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça
Ramila Moura | Jornalista da Procuradoria da Mulher do Senado Federal

15h30 **Intervalo**

16h **Plenária Final**

Inscrições
www.interlegis.org.br

Local: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte
Praça Sete de Setembro, Cidade Alta

Aplicativo: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.org.interlegis> | Informações: (61) 3303-3221

Redes Sociais: [Facebook](#) | [Twitter](#) | [Instagram](#) | [LinkedIn](#) | [YouTube](#)

Parceiros: Câmara e Espaço | Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte | Observatório da Mulher contra a Violência | Interlegis | Instituto Legislativo Brasileiro do Senado Federal | Senado Federal

INTERLEGIS - O legislativo moderno e integrado

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) foi a anfitriã da oficina na capital Potiguar, que mobilizou órgãos públicos e dezenas de entidades comunitárias e sindicais para conhecer as iniciativas da bancada feminina e a pauta legislativa de 2018.

Ao saudar a presença da Procuradora Especial da Mulher do Senado, Fátima lembrou que Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é “companheira de luta, que orgulha o povo do Amazonas e do Brasil, uma das vozes mais combativas na defesa da democracia e dos direitos das mulheres”.

O encontro no plenário da Assembleia Legislativa foi composto na parte da manhã por mesa de abertura e saudação, com representantes do legislativo local e lideranças políticas, estudantis e comunitárias.

Vanessa disse que a oficina irá colaborar em muito para chamar a atenção da população brasileira para a necessidade urgente de mudar os parâmetros de tratamento à mulher. Ela registrou o importante papel das mulheres potiguares, que ajudaram a escrever a história de resistência como a feminista Nísia Floresta, a indígena Clara Camarão e Alzira Soriano, primeira mulher prefeita do Brasil e da América Latina, em 1928, na cidade de Lajes.

“Estamos falando de um país que tem marcas profundas no passado e também no presente sobre histórias de discriminação contra a mulher, mas ontem como hoje as mulheres dizem não à violência, não ao feminicídio e seguem lutando aguerridas e determinadas em mudar essa realidade”, defendeu.

Érika Canuto, promotora de Justiça e coordenadora nacional da Comissão Permanente de Violência Doméstica falou sobre as discriminações e diferenças salariais sofridas pelas mulheres nas áreas das ciências, da administração pública, da política, do trabalho, do esporte e como a partir dessas discriminações surgem as violências.

Estiveram presentes na saudação inicial: Dalva Dutra, do Instituto Legislativo Brasileiro\Interlegis; Carlos Augusto, deputado estadual (PCdoB-RN); Cristiane Dantas, deputada estadual (PPL-RN) e presidente da Frente Parlamentar da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte; Goretti Reis (PSD-SE), deputada estadual e procuradora da Mulher da Assembleia Legislativa de Sergipe; Marina Olavo Marinho (MDB), prefeita de Jandaira; Natália Bernardes (PT), vereadora em Natal; Raimundo Mendes (PMB), vereador em São Gonçalo; Ana Michele de Farias (PHS), vereadora em Parnamirim; Sandra Rosado (PSB), vereadora em

Mossoró; Ana Michele (PT) vereadora de Parnamirim; Ana Lúcia Raymundo, defensora pública e coordenadora do Núcleo Especializado de Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar (Nudem); Joana D'Arc Leite, da União Brasileira de Mulheres (UBM); Edneide Jácome, secretária da Mulher PCdoB; Maria de Fátima, professora Pró-reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, representando a reitora, Ângela Paiva, e Teresa Freire, da Marcha Mundial de Mulheres. Dentre as entidades: CUT, Sintserp; CTB e UJS.

Durante a tarde as mulheres dividiram-se em grupos menores e participaram dos módulos: Dados e Análise do Observatório da Mulher contra a Violência, Ascensão Profissional de Mulheres e Saúde da Mulher – autonomia no Corpo e na Vida.

As palestras aconteceram em ambientes separados e, ao final, o grupo voltou para o auditório principal, todas e todos puderam dividir experiências, mostrar a realidade do estado Potiguar e sugerir políticas públicas efetivas para os assuntos relacionados aos temas femininos, à emancipação da mulher na sociedade e seu espaço de poder e fala.

Foto: Paula Bento



Oficinas

No período da tarde, a primeira dinâmica, coordenada por Rita Polli Rebelo, foi a oficina *Saúde da Mulher: Autonomia no Corpo e na Vida*. As mulheres receberam informações técnicas sobre o funcionamento sistêmico do corpo e também foram orientadas a respeito da legislação referente a direitos sexuais e direitos reprodutivos, entre outras iniciativas legislativas na área de saúde.

“A intenção é mostrar que as diferenças biológicas no corpo do homem e da mulher são muitas vezes usadas para justificar atitudes de preconceito, discriminação, exploração e abuso no cotidiano”, apontou Rita.

Logo em seguida, com o tema *Desafios para Ascensão Profissional de Mulheres*, Ramila Moura e Cleide Lemos coordenaram o módulo que pautou algumas das dificuldades e desafios encontrados pelas mulheres em seus locais de trabalho. As servidoras passaram informações e dicas de como contornar determinadas situações e superar barreiras, que muitas vezes impedem que as mulheres consigam alcançar o sucesso desejado na área profissional.

“Temos que promover a igualdade de gênero no âmbito profissional, auxiliando as mulheres de todas as maneiras possíveis, mostrando que elas também podem exercer cargos de extrema importância”, concluiu Ramila.

Foto: Câmara Municipal de Rio Claro



Saúde integral

No Salão Nobre da Câmara, a fisioterapeuta e jornalista Rita Polli Rebelo conduziu o Módulo 2 da oficina, com o tema *Saúde da Mulher: autonomia no corpo e na vida*.

Com auxílio da “Esqueleta”, uma peça anatômica de tamanho natural, a dinâmica ofereceu informações técnicas sobre o funcionamento do corpo em suas características físicas, emocionais e psíquicas.

A oficina também elucidou as garantias legais em saúde das mulheres e a consciência cidadã, abrangendo direitos sexuais e direitos reprodutivos, com esclarecimentos sobre os direitos humanos e do enfrentamento à violência doméstica no contexto da Lei Maria da Penha.

Já no Módulo 3 da oficina, realizado no Cinema Municipal de Jahu, as facilitadoras Ramíla Moura e Cristina Monteiro abordaram o tema *Ascensão Profissional de Mulheres*.

Articulando questões associadas a gênero, trabalho e raça, elas compartilharam conhecimentos e experiências sobre os desafios enfrentados pelas mulheres em suas carreiras e as possibilidades de superação, visando a ascensão profissional.

O objetivo das oficinas é fazer o primeiro contato com lideranças que poderão acompanhar com mais proximidade e de forma organizada o trabalho da bancada feminina. A intenção é sugerir, acompanhar projetos e ações da senadora Marta, das deputadas federais e estaduais e vereadoras da região.

O encontro foi prestigiado por diversas lideranças comunitárias, por estudantes do Curso Promotoras Legais Populares, por Fábio Grossi dos Santos, diretor do Museu de Jahu e ainda por toda a equipe de servidores da *Casa Rosa*.

Foto: Câmara Municipal de Jahu



AGOSTO (31)

CAMPINA GRANDE-PB

Oficina Interlegis

Senado Mulheres

nas Casas Legislativas

Campina Grande - PB **31** ago 2018

Manhã:

- 8h30** Credenciamento
- 9h30** **Abertura: Convidados Especiais**
Senador Cássio Cunha Lima
Verônica Inês Ludgero | Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande
Romero Rodrigues Veiga | Prefeito do município de Campina Grande
Francisco Estelino Biondo | Coordenador-geral do Instituto Legislativo Brasileiro | Senado Federal
Charles Mendes | Diretor Executivo do Instituto Brasileiro de Políticas Públicas
- 10h** **Palestra: Observatório da Mulher contra a Violência - Análise de Dados para o Aprimoramento das Políticas Públicas**
Henrique Marques Ribeiro | Coordenador do Observatório da Mulher contra a Violência | Senado Federal
- 11h30** Intervalo para almoço

Simultâneas:

- 13h30** **Oficina Saúde da Mulher: Autonomia no Corpo e na Vida**
Rita Pelli Rebelo | Coordenadora da Procuradoria da Mulher | Senado Federal
- 13h30** **Oficina Desafios para Ascensão Profissional de Mulheres**
Ramila Moura | Jornalista da Procuradoria da Mulher | Senado Federal
Marta Teresinha Nunes | Gestora do Programa Pro-Equidade de Gênero e Raça | Senado Federal
- 15h30** Coffee Break
- 16h** Encerramento

Inscrições
www.interlegis.org.br

Local: Câmara Municipal de Campina Grande
Rua Santa Clara, s/n - São José

Agente: Informações: (61) 3303-3221

Participação: Câmara e Raça, Conselho Nacional de Mulheres, Observatório da Mulher contra a Violência, Interlegis, Instituto Brasileiro de Políticas Públicas, Instituto Brasileiro de Políticas Públicas

INTERLEGIS - O legislativo moderno e integrado

Por solicitação do gabinete do senador Cássio Cunha Lima (PSDB), a Oficina Interlegis Senado Mulheres na cidade conhecida como capital do forró mobilizou quase uma centena de pessoas.

A proximidade do período eleitoral motivou o debate sobre a baixa representação política de mulheres no Legislativo local. No município, entre 23 eleitos em 2016, apenas a atual presidente da Casa, Ivonete Ludgero (PSD), é mulher. Ela compôs a mesa de abertura ao lado de Francisco Biondo, coordenador do Instituto Brasileiro Legislativo (ILB); Rita Salgado, presidente do Instituto Brasileiro de Políticas Públicas (IBRAPP).

Desfeita a mesa de abertura, o coordenador do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado, Henrique Marques Ribeiro, apresentou a Palestra Observatório da Mulher contra a Violência – Análise de Dados para o Aprimoramento das Políticas Públicas. Com resultados dos estudos por ele realizados, foram discutidos os desafios para o aprimoramento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

De acordo com ele, o caminho para aprimorar as políticas públicas passa pela análise profunda de dados e informações produzidas pelos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência e abrange um conjunto vasto de instituições públicas atuantes em diversas áreas, como saúde, assistência social, segurança pública e justiça.

Após o intervalo para almoço, o grupo foi subdividido em dois.

Autonomia financeira

O módulo *Desafios para Ascensão Profissional de Mulheres* contou com a presença de quase quarenta participantes, que compartilharam saberes e experiências, mediados pelas especialistas, e debateram sobre os entraves que se interpõem no desenvolvimento profissional das mulheres.

“As dificuldades encontradas pelas mulheres no mercado de trabalho estão ligadas às discriminações sofridas na sociedade em geral. São opressões de gênero, raça e classe que incidem e impedem o avanço das mulheres em suas carreiras”, afirmou, Ramila Moura, jornalista da ProMul.

Para Terezinha Nunes, “Em todas as edições, quando falamos dos silenciamentos sofridos pelas mulheres, em geral, muitas se identificam.

A partir das vivências, conversamos sobre qual a melhor alternativa para evitar ou se defender desse tipo de discriminação”, completou.

Saúde integral

A oficina Saúde da Mulher, autonomia no corpo e na vida foi prestigiada por 39 mulheres, entre elas estavam servidoras públicas, donas de casa, sindicalistas, professoras, profissionais liberais, mulheres aposentadas e também trabalhadoras desempregadas.

Durante a dinâmica, todas se mostraram muito interessadas e participativas, fizeram perguntas sobre direitos de cidadania e receberam orientação sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas públicas para as mulheres na área de direitos humanos e a legislação de proteção à maternidade e à infância.

Foi destacada a prevenção, a proteção e a promoção da saúde de acordo com doenças preveníveis e não transmissíveis como diabetes, sedentarismo, alcoolismo e tabagismo e as estatísticas que revelam o quanto as mulheres são afetadas.

Prestigiaram o encontro Maria de Lurdes Souza Bezerra, da União Brasileira de Mulheres (UBM); Maria Antônia, da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Mayra Nunes, do Instituto Brasileiro de Políticas Públicas (IBRAPP), Glaucia Nunes, do Sindicato dos Servidores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); as vereadoras Nelma Carneiro (Campina Grande), Vanilda Honório da Silva e Ana Paula Gomes Pereira (Areia), Maria Izabel Borges de Oliveira e Joelma Cristina Herculano Ribeiro (Olivedos); Marinalda Cassiano Nery (Lagoa Seca), Sheila Farias e Maria Madalena Pereira (Queimadas), Rosimaire dos Santos Oliveira (Pixinanã) e os vereadores do município de João Alfredo, David Prazeres dos Santos; Rivaldo Freire Vieira e José Miranda da Silva Júnior.

Foto: Paula Bento



Em 2018 foram realizados 63 eventos, em sua maioria por iniciativa da ProMul e da Secretaria da Mulher e da Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados. Foram valorizadas as ações em parceria com órgãos internos como a Diretoria Geral, o Comitê de Gênero e Raça, o Observatório da Mulher contra a Violência e o Programa Pró-equidade de Gênero e Raça.

A ProMul se fez presente, como convidada, em ações organizadas por órgãos de governo, entidades dos movimentos sociais e de mulheres e em reuniões da bancada feminina do Congresso.



FEVEREIRO (22)

Com apoio da ProMul, a Comissão Geral da Câmara Legislativa debateu, no Plenário da Câmara Legislativa, medidas ágeis, integradas e humanizadas para garantir o atendimento das mulheres que buscam a rede de proteção do Distrito Federal. O debate foi o segundo passo do projeto *Câmara em Movimento*, iniciado em junho de 2017, em Taguatinga.

Entre prioridades discutidas estão a criação de uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) para atender as regiões administrativas de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia e garantia de horário integral de funcionamento na Seção de Atendimento à Mulher, nas delegacias circunscripcionais.

Uma das mulheres que participaram do encontro foi a advogada Lúcia Bessa, diretora de gênero do Fórum de Mulheres do Mercosul, vice-presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do DF e presidente da Comissão de Combate à Violência Familiar da OAB-DF.



MARÇO (1º)

Preocupadas em acelerar projetos da pauta feminina, senadoras e deputadas se reuniram em café da manhã no gabinete da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher. As parlamentares definiram a lista dos projetos priorizados para aprovação em março, em consideração às comemorações pelo dia internacional da Mulher.

Participaram as senadoras Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Maria do Carmo (DEM-SE), Marta Suplicy (Sem partido-SP), Regina Sousa (PT-PI), Rose de Freitas (PODE-ES), Simone Tebet (MDB-MS) e Lídice da Mata (PSB-BA).

Estavam presentes ainda as deputadas Gorete Pereira (PR-CE), procuradora da Mulher da Câmara, e Jô Moraes (PCdoB-MG); Ilana Trombka, diretora-Geral do Senado; Vanja Santos, da União Brasileira de Mulheres (UBM); Bruna Brelaz, da União da Juventude Socialista (UJS); e Nara Arruda, da União Nacional dos Estudantes (UNE).



MARÇO (6)

Maria Terezinha Nunes, gestora do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça do Senado; e Ramila Moura, jornalista da ProMul, participaram de palestra sobre conquistas e desafios da mulher no mercado de trabalho na Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

A atividade fez parte da programação do *Março, mês da mulher*, uma ação do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da empresa, que teve como objetivo, em 2018, chamar a atenção para a importância dos direitos e princípios do gênero humano proclamados pela ONU, em 1993. Na ocasião foram escolhidas cinco brasileiras que marcaram a história para representar cada um desses princípios: Dandara dos Palmares — Liberdade; Maria da Penha — Segurança; Zuzu Angel — Dignidade; Bertha Lutz — Igualdade e Zilda Arns — Integridade.



MARÇO (7)

A 17ª edição do Diploma Bertha Lutz homenageou as 26 constituintes nos 30 anos de aniversário da Constituição de 1988. Receberam o diploma Anna Maria Rattes (RJ), Beth Azize (AM), Irma Passoni (SP), Eunice Michiles (AM), Lúcia Braga (PB), Maria de Lourdes Abadia (DF), Maria Lúcia de Mello (AC), Moema São Thiago (CE), Myriam Portella (PI), Raquel Cândido (RO) e Rita Camata (ES), ao lado das senadoras Lidice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Rose de Freitas (PODE-ES), e da deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Bete Mendes (RJ), Sadie Hauache (AM), Marluce Pinto (RR), Sandra Cavalcanti (RJ) e Raquel Capiberibe (AP) enviaram representantes. Abigail Feitosa (BA), Dirce Tutu Quadros (SP), Cristina Tavares (PE) Márcia Kubitschek (DF) e Wilma Faria (RN) foram agradecidas *in memoriam* por familiares.



MARÇO (7)

Parlamentares se reuniram no Salão Nobre da Câmara em roda de conversa para relembrar situações vividas pela *Bancada do Batom*, nome aplicado às 26 deputadas constituintes cuja atuação suprapartidária garantiu a inserção de conquistas para as mulheres, que eram apenas 5% do Parlamento.

Participaram Raquel Cândido (RO), Moema São Thiago (CE), Rose de Freitas (ES), Maria de Lourdes Abadia (DF), Lídice da Mata (PSB-BA), atual senadora; Benedita da Silva (PT-RJ), atual deputada, e ainda Jacqueline Pitanguy e Schuma Schumacher, protagonistas na atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que lançou a campanha “Constituinte pra valer tem que ter direitos das mulheres”.

A deputada Dâmina Pereira (PODE-MG), então coordenadora da bancada feminina da Câmara, prestigiou o encontro das parlamentares que foram vanguarda em defesa da igualdade e motivo de orgulho para o Brasil.



MARÇO (8)

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) participou em São Paulo da 5ª edição do encontro *Fale sem Medo*, promovido pelo Instituto Avon, com apoio da ONU Mulheres, no Centro Cultural Vergueiro, em comemoração ao Mês das Mulheres.

Para falar sobre o tema *A voz das redes: o que elas podem fazer pelo enfrentamento das violências contra as mulheres*, a procuradora da Mulher divulgou os projetos de proteção à mulher em situação de violência aprovados no Congresso e exaltou a representatividade do público, composto por entidades de mulheres e dos movimentos sociais, artistas, representantes de órgãos públicos e privados.

“Nossa parceria com o Instituto Avon e com a ONU mulheres é antiga. Esse valoroso trabalho, voltado para as mídias sociais, faz com que a bancada feminina do Congresso tenha ânimo renovado a cada dia para dar destaque às pautas das mulheres”, reconheceu.



MARÇO (9)

O Venâncio Shopping, em Brasília, recebeu em um *talk show* três servidoras do Senado, integrantes do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, na semana comemorativa do mês da mulher, para falar sobre a inclusão das mulheres no mercado de trabalho.

Participaram Roberta Viegas, presidente do Comitê de Gênero e Raça; Cristina Monteiro, diretora da Secretaria de Relações Públicas, e Ramila Moura, jornalista da ProMul.

Mediado pela jornalista e *youtuber* Mônica Nóbrega, o *talk show* faz parte da programação *Conexão Mulher*, para promover direitos iguais entre os gêneros.

De acordo com Roberta Viegas, consultora legislativa e presidente do comitê, “Devemos exaltar a iniciativa desse encontro para trocar experiências como forma de construir de fato a cultura em busca da promoção da igualdade de gênero e raça, tanto no setor público quanto no privado”.



MARÇO (13)

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ilana Trombka, diretora-geral do Senado, compareceram ao lançamento da *Rede de Mulheres* do Programa *Chevening* no Brasil, na Embaixada do Reino Unido, sobre a participação da mulher nos parlamentos e no mercado de trabalho.

Igualdade de gênero no local de trabalho foi o tema para diálogo e troca de experiências legislativas e programáticas de governo comuns aos dois países. Elas divulgaram a campanha *Mais Mulheres na Política* e compararam a presença feminina nos parlamentos dos dois países. Enquanto no Brasil a média de mulheres é de 9%, no Reino Unido chega a 30%.

Participaram ainda representantes da Câmara dos Deputados, do Governo do Distrito Federal, da ONU Mulheres, da Secretaria Nacional de Políticas da Mulher e da Unesco, além do grupo Mulheres do Brasil e universidades.



MARCO (14)

As senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lídice da Mata (PSB-BA) prestigiaram o Fórum Social Mundial, considerado o maior evento organizado pelos movimentos sociais nacionais e internacionais.

Estima-se que cerca de 50 mil pessoas estiveram em Salvador para interagir e debater temas políticos, econômicos e socioculturais.

Vanessa fez palestra com o tema *Mulheres resistindo ao capitalismo patriarcal: saídas para a crise* para dezenas de lideranças, entre elas as deputadas Alice Portugal (PCdoB-BA) e Jandira Feghali (PCdoB-RJ); Liège Rocha, da União Brasileira de Mulheres (UBM); Julieta Palmeira, secretária Estadual de Políticas para as Mulheres; Regina Marques, do Movimento Democrático de Mulheres de Portugal e do Comitê de Direção da Federação Internacional de Mulheres (FEDIM); Alicia Campos, coordenadora Regional da FEDIM para a América Latina e Caribe (Cuba) e Ângela Guimarães, da União de Negros pela Igualdade (Unegro).



MARCO (20)

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) conversou sobre *O papel da esfera pública no combate à violência contra a mulher: da denúncia às novas leis*, no evento *Conexões que Salvam*, promovido pelo Facebook e pela ONG *ThinkOlga* com apoio da ONU Mulheres, no Espaço 365, em Brasília-DF.

Mediado por Mônica Guise, gerente de Políticas Públicas do Facebook, o painel teve participação de Leandre Dal Ponte (PV-PR), deputada federal; Sandra Melo, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM-DF), e de Dulcielly Nóbrega de Almeida, do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do DF.

Estavam presentes Ilana Trombka, diretora-Geral do Senado; Joyce Prestes, *ThinkOlga*; Daniele Kleiner, Facebook; Juliana Cunha, SaferNet Brasil; Carolina Ferracini, ONU Mulheres; Janara Sousa, UnB; e Murillo Laranjeira, diretor de políticas públicas do Facebook.



MARÇO (21)

As procuradoras Especiais da Mulher do Senado Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e da Câmara dos Deputados, Gorete Pereira (PR-CE), receberam placa de honra ao mérito, oferecida pelo Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal (Sindireceita), durante café da manhã em homenagem ao Mês da Mulher, no Salão Nobre da Câmara.

Vanessa recebeu a placa de Sílvia de Alencar, diretora de assuntos legislativos e ex-presidente da entidade.

Estavam presentes a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) e as deputadas Benedita da Silva (PT-RJ), Carmen Zanotto (PPS-SC), Conceição Sampaio (PSDB-AM), Creuza Pereira (PSB-PE), Elcione Barbalho (MDB-PA), Flávia Moraes (PDT-GO), Gorete Pereira (PR-CE), Janete Capiberibe (PSB-AP), Luana Costa (PSC-MA), Polyana Gama (PPS-SP), Yeda Crusius (PSDB-RS) e Zenaide Maia (PHS-RN).



MARÇO (22)

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) esteve na Câmara Municipal de Novo Hamburgo-RS para o lançamento da Procuradoria Especial da Mulher local.

Nomeada procuradora, Patrícia Beck (PPS), única vereadora, destacou que o espaço será voltado a valorizar as mulheres que desejam ser ouvidas na vida pública e ainda aproximar o Poder Legislativo da comunidade. “A Procuradoria tem competência para ouvir e acolher mulheres em situação de violência e encaminhá-las aos órgãos responsáveis”, esclareceu.

Participaram Felipe Kuhn Braun (PDT), presidente da Casa; Eliana Benkenstein, coordenadora de Políticas Públicas para as Mulheres; Cristina Machado, representando Manuela D’Ávila, deputada estadual e procuradora Especial da Mulher na Assembleia Legislativa; Paolete Souto, vice-prefeita e ainda autoridades e militantes de movimentos sociais.



MARÇO (22)

Educação sem preconceitos foi o tema do debate com as procuradoras especiais da mulher da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Manuela D'Ávila (PCdoB), e do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O seminário discutiu políticas públicas e educação inclusiva e contou ainda com Jaqueline Moll, pedagoga, e Viviana Santiago, gerente de Gênero e Incidência Política da *Plan International* Brasil, no teatro Dante Barone, em Porto Alegre-RS.

"Que pacto a gente está fazendo enquanto nação ao ensinar que o uso de uma crase é mais importante que dizer que não se espanca alguém até a morte por ser gay?", questionou Manuela. Para Vanessa, o problema que vive o país não é de falta de conhecimento, mas de orientação de classe. "Não somos formados para sermos cidadãos e cidadãs. Somos formados para sermos máquinas que reproduzem capital para alguns", alertou.



ABRIL (18)

Regina Barrach (MDB), procuradora Especial da Mulher da Câmara de Pederneiras-SP, e o vereador Danilo Alborghetti (PV), primeiro secretário na Câmara Municipal, visitaram a ProMul para divulgar iniciativas dos órgãos públicos da rede de combate à violência contra a mulher e pela promoção de políticas nas áreas de saúde, educação e trabalho.

Rita Polli Rebelo, coordenadora, e Ramila Moura, jornalista, apresentaram os projetos da bancada feminina e destacaram a importância do fortalecimento da rede de apoio às mulheres no município.

"Ao alinharmos nossos esforços aos movimentos sociais, grupos comunitários e demais órgãos públicos a rede cresce e as mulheres têm mais opções de acolhimento e orientação. Em Pederneiras o trabalho parlamentar pela igualdade é feito em parceria com os homens em busca do equilíbrio de oportunidades e direitos", afirmou a vereadora.



ABRIL (25)

Mudanças socioculturais são necessárias para acabar com a violência contra a mulher, segundo os participantes da audiência pública da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher para abordar a aplicação da Lei do Feminicídio (Lei 13.140/15), coordenada pela deputada Flávia Moraes (PDT-GO).

Discutiram o tema: Cheila Marina de Lima, consultora técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde; Roberta Astolfi, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rafael Raeff Rocha, coordenador de Prevenção Social da Secretaria Nacional de Segurança Pública; Aline Yamamoto, da ONU Mulheres; Lia Zanotta Machado, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, da Universidade de Brasília (UnB); e Jackeline Aparecida Ferreira Romio, doutora em Demografia pela Universidade de Campinas (Unicamp); Joseane Santos, da Frente de Mulheres Negras do DF.



MAIO (3)

A ProMul apoiou o encontro *Parteiras Liderando o Caminho com Assistência de Qualidade*, promovido pela Liga de Humanização do Parto e Nascimento (LHPN), em parceria com a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (ReHuNa), na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (FS-UnB).

O documentário *Umbigo, a história de Valdeci Santana* foi exibido e discutido, com participação de Ritta Pinho, parteira tradicional; Lotte Ten, parteira formada na Holanda; Daphne Rattner, médica; Felipe Pereira, antropólogo; Paloma Terra, parteira formada nos EUA e Mariama, representando sua mãe, Valdeci.

No Plenário do Senado, para marcar a o Dia Internacional da Parteira (5 de maio), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou, em discurso, a eficácia dos atendimentos prestados pelas parteiras em contraste com as condições limitadas de trabalho impostas a elas pela realidade social.



MAIO (7)

A ProMul prestigiou o projeto *Rompando Mais Fronteiras* (RMF), grupo liderado por esposas de militares do Exército brasileiro, que promoveu café da manhã com pacientes da seção de Mastologia do Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB).

No mês das Mães, a ação *Abraçando a Causa* entregou almofadas em formato de coração a dezenas de pacientes submetidas a mastectomia para serem colocadas debaixo do braço do lado submetido à cirurgia.

Maria Paula, atriz e embaixadora da Paz do Distrito Federal, lembrou que o singelo presente alivia a dor física e proporciona conforto emocional à mulher.

Participaram Adriana Villas Bôas, sócia-fundadora do RMF, Maria da Conceição Queiroz, coordenadora do voluntariado profissional do HMIB e voluntárias do projeto.



MAIO (10)

Servidoras e servidores do Senado debateram assuntos relacionados ao papel do homem na sociedade, a paternidade e a relação profissional com mulheres. A iniciativa do Comitê Permanente pela Igualdade de Gênero e Raça da Casa, com apoio da Diretoria Geral, incentivou homens a conversarem com homens para desconstruir preconceitos.

O jornalista Aluizio Oliveira, da TV Senado, mediu o debate entre Gustavo Tanaka, administrador de empresas, e André Boaventura, da concessionária de rodovias *Via Quatro*.

“Precisamos deslegitimar esse comportamento de masculinidade considerado normal”, disse André Boaventura. Já André Tanaka, autor do livro *11 Dias de Despertar: uma jornada de libertação do medo*, destacou a importância do autoconhecimento e do diálogo para compreensão de padrões herdados, transformação e aquisição de novos valores.



MAIO (14)

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) foi agraciada com o Prêmio Neide Castanha por sua atuação parlamentar em defesa das crianças e dos adolescentes. O prêmio, concedido durante o *II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes*, reconhece pessoas, empresas e entidades que atuam no setor de proteção e defesa da infância e da juventude.

Promovida pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a premiação tem seis categorias e homenageia Neide Castanha, reconhecida defensora dos direitos humanos que dedicou parte de sua vida a lutar contra a violência a que são submetidas crianças e adolescentes no Brasil, especialmente a violência sexual contra este público. No Senado, Lídice coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.



MAIO (16)

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou a criação do *Diploma de Direitos Humanos Marielle Franco*, que deverá ser entregue durante sessão especial do Senado a cada dia 10 de dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos), ou em data próxima.

Relatado na CDH pela senadora Ângela Portela (PDT-RR), o PRS 7/2018, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), estabelece que a indicação de candidatura poderá ser feita por qualquer senador, ou ainda por indicação popular a partir de assinaturas de apoio provenientes de mais de 20 mil pessoas.

A cada ano, quatro iniciativas de brasileiros que contribuam com os direitos humanos serão agraciadas com o Diploma, sendo três homenagens concedidas a pessoas físicas, das quais pelo menos uma será mulher e pelo menos uma será negra.



MAIO (17)

Colaboradoras terceirizadas do Senado participaram de palestras para discutir gerenciamento doméstico e pessoal com Olivia C Ricci, especialista em gestão de empresas.

A palestrante deu dicas para facilitar a rotina das mulheres que dividem suas vidas em duplas ou triplas jornadas e preocupações com a educação dos filhos, as tarefas domésticas e os cuidados com a saúde individual e da família.

Formada em administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Olivia trabalhou na IBM do Brasil e na Acesita e é autora do livro *Arrumando a Casa*, base das palestras e orientações para gerenciar o tempo, compartilhar tarefas, planejar, orçar, comunicar-se bem, fazer compras, cuidar da alimentação, do sono, da saúde e da segurança.



MAIO (23)

A equipe da ProMul visitou duas casas de acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade no Distrito Federal, subordinadas ao governo de Brasília, para melhor atender e encaminhar queixas de mulheres que procuram o órgão com pedido de proteção.

Além de encaminhar, a ProMul acompanha cada caso para que a mulher receba informações nas áreas de assistência social, psicológica e jurídica, de acordo com a peculiaridade de cada caso.

A *Casa Flor*, em Taguatinga, acolhe e abriga temporariamente mulheres maiores de 18 anos em situação de rua e violência, desacompanhas de filhos ou filhas e mulheres idosas não dependentes de cuidados especiais.

Já a *Casa Santo André* é um projeto social com cinco unidades, quatro masculinas e uma feminina, divididas entre Sobradinho e Gama, e abriga homens, mulheres com crianças de três a 11 anos e 11 meses, e transexuais.



MAIO (25)

Discriminação de gênero, assédio moral e sexual na capoeira foram assuntos discutidos no *IV Enfecca – Encontro Nacional Feminino Cultural de Capoeira*, organizado pela Contramestra Bad, do *Terreiro Capoeira*, no Auditório da Administração Regional do Paranoá.

A coordenadora da ProMul, Rita Polli Rebelo, fez palestra ao lado de Jeniffer Santos, do grupo *Raízes do Brasil* do Amapá e técnica da Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes (SEAFRO-AP).

Com cerca de seis milhões de praticantes no Brasil, as mulheres são 35% desse total e a cada dia aprimoram técnicas e lutam para transformar comportamentos desrespeitosos em práticas saudáveis, com ginga, alegria e descontração.

Participaram as mestras Suely (DF), Jerusa (DF), Shirra (RN) e a Contramestra Michelinha (DF); Manoel Magalhães, conselheiro Tutelar do Paranoá (DF) e diretor-Presidente da Oscip *Resgate da Vida*, e Silvânia Gonçalves, da União Brasileira de Mulheres (UBM).



MAIO (31)

Cerca de 35 pessoas do Brasil e do exterior participaram do encontro *Na Luz do Partejar – Vivência formativa sobre os Saberes Tradicionais da Arte do Parto e do Partejar*, no Bairro Demétria, em Botucatu-SP.

A coordenadora da ProMul, Rita Polli Rebelo, levou as palavras de saudação da procuradora especial da Mulher, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e da bancada feminina do Senado e ministrou a Oficina “*Saúde da Mulher: Autonomia no Corpo e na Vida*”.

O encontro foi o terceiro módulo do projeto *Na Luz do Partejar*, uma realização do *Movimento Curador* e da marca social *A Parteira* pela valorização do parto natural. Os anteriores aconteceram em Alto Paraíso-GO e Olinda-PE.

A mestra da vivência em Botucatu foi Dona Francisquinha, indígena da etnia Shawãdawa, do Vale do Juruá, no Acre, parteira tradicional desde os 15 anos de idade.



JUNHO (5)

As senadoras reuniram-se no gabinete da procuradora Especial da Mulher, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), para conversar sobre a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do dia 22 de maio, que garantiu a aplicação de 30% do valor Fundo Eleitoral às candidaturas femininas e igual porcentagem para o tempo da propaganda política no rádio e na TV.

O encontro contou com a presença da advogada Luciana Lóssio, ex-ministra do TSE, autora da consulta das parlamentares feita em 12 de abril e respondida favoravelmente às mulheres. Ela confirmou que a aplicação da norma valerá para as eleições de 2018 e destacou como positivo o fato de os partidos serem obrigados a primeiro indicar a destinação para em seguida receber os valores.

Participaram Lídice da Mata (PSB-BA); Fátima Bezerra (PT-RN); Ângela Portela (PDT-RR); Ana Amélia (PP-RS); Regina Sousa (PT-PI); Simone Tebet (MDB-MS); Marta Suplicy (Sem partido-SP); a deputada federal Raquel Muniz (PSD-MG); Humberto Chaves, advogado, e Ilana Trombka, diretora-Geral do Senado.



JUNHO (6)

A atuação do Poder Público em processos de repatriação de crianças precisa ser aperfeiçoada para que brasileiros não sofram com erros e omissões. Esta foi a conclusão do debate promovido, na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM).

Os expositores foram Fernanda Menezes, da Advocacia-Geral da União (AGU); André Veras Guimarães, da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional do Itamaraty; Cláudia Grabois, advogada e especialista em direitos humanos; Valéria Ghisi, vítima de violência doméstica no exterior; Natália Camba Martins, coordenadora-geral de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ).

As deputadas Elcione Barbalho (MDB-PA), presidente da CMCVM, e Luana Costa (PSC-MA), vice-procuradora da Mulher da Câmara, conduziram os trabalhos no encontro que contou com a presença da deputada Flávia Moraes (PDT-GO).



JUNHO (11 E 12)

A ProMul participou do Seminário Internacional: *Equidade de Gênero: Representação Política das Mulheres*, sobre desigualdade de gênero na política entre países da Europa setentrional e do Atlântico Norte com países da América Latina, na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

O desafio foi considerar as especificidades de raça, etnia, religião e território, que dificultam ainda mais a representatividade das mulheres no Parlamento.

No formato de mesas de discussão, foram abordados os temas: *Mulheres em espaços de poder e decisão; Despatriarcalização do Estado: um caminho para a democracia paritária; Criação, implementação e cumprimento de legislação para a equidade da representação de mulheres no Legislativo e Executivo, e Como chegar a cidades 50-50 até 2030.*



JUNHO (13)

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara promoveu seminário sobre participação feminina na política. O evento foi solicitado pelas deputadas Ana Perugini (PT-SP) e Zenaide Maia (PROS-RN).

A mesa de abertura contou com as deputadas Carmen Zanotto (PPS-SC), Érika Kokay (PT-DF) e Elcione Barbalho (MDB-PA); Ana Luiza Backes, consultora legislativa; Flávia Campuzano, Agência LUPA; Danielle Fermiano, da Secretaria da Mulher da Câmara; Carolina de Assis, da *Organização Gênero e Número*.

No turno da tarde, a primeira mesa debateu *Experiências Nórdicas de Participação Política*, com mediação de Nadine Gasman, da ONU Mulheres.

Participaram Per-Arne Hjelmborn, embaixador da Suécia no Brasil; Maryan Abdulkarim, co-fundadora da Rede de Feministas Nórdicas e do Partido Feminista Finlândes e Maria Leissner, embaixadora, ex-líder do Partido Liberal Sueco e ex-parlamentar.

A última mesa discutiu *Mulheres Negras em Espaços de Poder* e contou com Marjorie Nogueira, doutoranda em Política Social pela UnB; Mônica Oliveira, do Comitê Mulheres Negras Rumo ao Planeta 50-50; Benedita da Silva (PT-RJ) e Eunice Borges, da ONU Mulheres.



JUNHO (13)

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) saudou as 41 novas conselheiras nomeadas para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, sendo 16 representantes governamentais e 21 representantes da sociedade civil em cerimônia no Palácio do Planalto. “O CNDM, como órgão de controle social, é o importante espaço de participação de entidades da sociedade civil e do movimento organizado de mulheres na luta pela igualdade de gênero”, afirmou. Compuseram a mesa de abertura Aparecida Moura, secretária Nacional de Políticas para as Mulheres interinas; Nadine Gasman, da ONU Mulheres no Brasil; Emília Fernandes, ex-ministra e presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul Brasil; Vanja Santos (UBM); Andréia Araújo, coordenadora-Geral do CNDM; Chopelly Santos, representante da Sociedade Civil no CNDM e Luiza Brunet, atriz e Embaixadora do Instituto Avon pelo controle do câncer de mama e pelo combate à violência doméstica.



JUNHO (15)

A convite da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) participou da *1 Conferência Nacional das Procuradoras da República*, no B Hotel Brasília.

“Na primeira Constituição Republicana, em 1891, os deputados não aceitaram a inclusão das mulheres no Parlamento. Hoje não é diferente, mas estaremos unidas para mudar essa realidade no Congresso”, disse Vanessa.

Participaram da abertura Grace Mendonça, advogada-geral da União; Marta Suplicy (Sem partido-SP), senadora; as deputadas Soraya Santos (PR-RJ), coordenadora da bancada feminina e dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados e Gorete Pereira (PR-CE), procuradora da Mulher da Câmara; Maristella Baioni, do PNUD; Marlova Noletto, da Unesco Brasil; Izabel Marquez, da Agência da ONU para Refugiados, e ainda as procuradoras-gerais da França, Catherine Champernaut; de Portugal, Maria Joana Raposo, e do Paraguai, Sandra Raquel Quiñónez.



JUNHO (15)

O presidente Eunício Oliveira (MDB-CE) recebeu o *Relatório de Atividades 2016-2017* da ProMul das mãos das senadoras Grazziotin (PCdoB-AM) e Simone Tebet (MDB-MS).

A prestação de contas detalha a atividade legislativa da bancada feminina no período exalta as conquistas das mulheres brasileiras e reconhece a importância da parceria entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário na luta em defesa da igualdade de gênero, com destaque para as ações junto a organismos internacionais, embaixadas, entidades dos movimentos sociais, sindicais e de mulheres.

Fotos e imagens destacam atividades em sintonia com a Diretoria Geral, o Observatório da Mulher contra a Violência, o Comitê de Gênero e Raça, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado e a Secretaria da Mulher da Câmara.



JUNHO (15)

A ProMul apoiou a inauguração da Procuradoria Especial da Mulher de Ibirubá-RS, em solenidade prestigiada pelo prefeito Abel Grave (PRB), por vereadores, diretoras e representantes de diversas instituições de ensino do município e a comunidade local.

O presidente do Legislativo, Vagner Oliveira (PRB), descerrou a placa inaugural para a Procuradora Jaqueline Brignoni Winsch (PP) e também para a Procuradora Adjunta, Patrícia Sandri (DEM).

“Entendemos que o Poder Legislativo tem o dever de incluir em sua pauta como tema prioritário debates e ações referentes à igualdade de gênero. A criação da Procuradoria vem ao encontro deste desejo, pois aqui nasce um compromisso institucional com este tema”, disse a procuradora.

A ProMul tem como missão incentivar a criação de procuradorias da mulher nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.



JUNHO (20)

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ) representou a bancada feminina no encontro *Diálogos Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver*, organizado pela ONU Mulheres Brasil em parceria com a Embaixada do Reino dos Países Baixos, no Auditório da Finatex da Universidade de Brasília (UnB).

O objetivo foi ampliar e facilitar os debates político, técnico, público e acadêmico entre mulheres negras e agentes públicos, e conferir visibilidade aos 30 anos do Movimento de Mulheres Negras Brasileiras.

Fizeram a abertura Nadine Gasman, da ONU Mulheres Brasil; Kênia Maria, atriz, escritora e Defensora dos Direitos das Mulheres Negras da ONU; Ingrid Ohana Moura, dos coletivos de Mulheres Negras da UnB; Creuza Oliveira, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad); Márcia Abrahão, reitora da UnB e Roderick Wols, ministro Conselheiro da Embaixada do Reino dos Países Baixos.



JUNHO (20)

A violência obstétrica foi tema de audiência pública na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher reque-rida pela deputada Luizianne Lins (PT-CE), relatora da Comissão.

Mediado pela deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), participaram do debate Daphne Rattner, da *Rede pela Humanização do Parto e Nascimento*; Thais Fonseca de Oliveira, do Ministério da Saúde; Etelvino de Souza Andrade, do Conselho Federal de Medicina; Ilka Teodoro, advogada e integrante da *Artemis* e Sílvia Badim Marques, doutora em Saúde Pública.

De acordo com o Ministério da Saúde, mais de 90% das mortes de mulheres ocorridas durante o parto poderiam ter sido evitadas. O ministério registra um excesso de procedimentos invasivos, como a episiotomia, corte entre a vagina e o ânus para ampliar o canal de parto, que ocorre em 53,5% dos casos; e um elevado número — 56,51% — de partos cesáreos.



JUNHO (21)

Mulheres Transformando a Política foi o tema do seminário com a presença da senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) no teatro João Alves de Queiroz, a convite do Núcleo Goiânia do Grupo de Mulheres do Brasil (GMB) e da Comissão Goiás da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ-MT).

O encontro na capital do estado contou com a palestra *Direitos Humanos e a Mulher na Sociedade Brasileira*, com Ricardo Balestrieri, secretário de Governo, e o Painel de Debates *Construção da Cidadania, Empreendedorismo Social e Mulheres na Política*. Participaram como debatedoras a Dra. Cristina (PSDB), vereadora; Maria Emília Brasil (ABMCJ-MT) e Raquel Teixeira, ex-Secretária estadual de Educação.

Dezenas de lideranças lotaram o auditório, entre elas Maria Luiza Lima, líder do Núcleo de Goiânia do GMB; Flávia Fernandes, do Conselho Estadual de Segurança da Mulher e alunos do curso de Direito da Universidade Católica, da professora Larissa Bareato, coordenadora da Causa Políticas Públicas do GMB.



JUNHO (24)

Cerca de 80 adolescentes do ensino médio da rede pública do Distrito Federal discutiram a inserção de meninas e mulheres no universo da tecnologia, no *TIC TAC Weekend Camp*, no Centro Educacional do Lago Norte.

Iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Internacional de Telecomunicações (UIT) com apoio do Grupo Mulheres do Brasil, o evento contou com oficinas tecnológicas e rodas de conversas sobre defesa pessoal, saúde da mulher, empreendedorismo e independência econômica, violência contra a mulher, autoanálise e empoderamento.

Rita Polli Rebelo, coordenadora da ProMul participou de uma das rodas de conversa com Érica Paes, campeã mundial de Jiu-jitsu. “A saúde mental e física das mulheres começa com o empoderamento desde meninas”, disse Rita, na foto, ao lado de Sandra Vaz, do Instituto Sabin, e Érica Paes.



JUNHO (25)

A ProMul apoiou o debate *Democracia e Diversidades: Por que precisamos falar sobre mulheres negras?*, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília.

O evento foi mediado pelo professor Cilair Rodrigues de Abreu, coordenador-Geral de Gestão de Pessoas e Administração, para refletir sobre as diversidades de gênero e de raça para o fortalecimento da democracia.

As expositoras foram Roseli Faria, economista e analista do Ministério do Desenvolvimento Social, e Flávia Pinto, socióloga e mestranda em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

O público diversificado contou ainda com Wendy Andrade, servidora municipal de Águas Lindas de Goiás e especializanda em Gestão de Políticas Públicas na Enap, e a professora Neide Rafael, militante do Movimento Negro no DF.



JUNHO (29)

A ProMul fez visita técnica à Casa Rosa, em Jahu-SP, durante a edição da *Oficina Interlegis Senado Mulheres nas Casas Legislativas*, por solicitação da senadora Marta Suplicy (Sem partido-SP).

A Casa Rosa conta com apoio da Prefeitura local e é uma experiência bem-sucedida e exemplo de boas práticas de atendimento público às mulheres, com prestação de serviços de saúde, psicossociais, jurídicos e de estímulo à autonomia econômica. O trabalho é inédito e tido como referência em toda a região.

Criada em 2015 por iniciativa da vereadora Cléo Furquim (MDB-SP), então presidente da Câmara, a Casa Rosa Dr.ª Maria Antonia Sinatura Barros, é um Centro de Referência e Atenção à Mulher (CRAM) que reúne profissionais e voluntários, coordenados por Mônica Queiroz, em torno da missão de ser um espaço integrado e humanizado de atendimento.



JULHO (16)

Ilana Trombka, diretora-geral do Senado, reuniu-se em Nova York com Asa Regner, diretora-executiva adjunta da ONU Mulheres, para apresentar o trabalho realizado na Casa pela equidade de gênero, quando soube que a entidade já conhecia parte das ações do Poder Legislativo brasileiro.

A diretora-geral iniciou tratativas para ampliar as ações do programa *HeforShe* (Eles por Elas), criado pela ONU Mulheres, tendo como base programas já implantados em outros países, a exemplo de *O Valente não é Violento*, uma iniciativa da campanha *Una-se Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres*, do secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.

O movimento *ElesPorElas* é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial.



AGOSTO (7)

O aniversário de 12 anos da Lei Maria da Penha foi registrado no Congresso com a entrega de prêmios aos vencedores da 6ª edição do *Concurso Lei Maria da Penha*, de ilustrações sobre o tema *O empoderamento da mulher e a superação da violência*.

A solenidade, no Salão Nobre da Câmara, foi aberta com apresentação do poeta cearense Tião Simpatia. Concorreram 44 trabalhos nas categorias profissional (19) e amador (25). O voto popular nas redes sociais indicou os seis vencedores, que receberam troféu, menção honrosa e tablet. A premiação é resultado da parceria entre a Secretaria da Mulher da Câmara com o Banco Mundial com apoio da ProMul.

Estavam presentes a senadora Regina Sousa (PT-PI), as deputadas Carmen Zanotto (PPS-SC), Elcione Barbalho (MDB-PA), Soraya Santos (PR-RJ), Gorete Pereira (PR-CE) e Martin Raiser, do Banco Mundial.



AGOSTO (9)

Cerca de 200 lideranças femininas prestigiaram o lançamento da cartilha *Caminhos – Violência Contra a Mulher*, com endereços e telefones da rede de proteção à mulher em situação de violência disponíveis em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

A publicação é resultado de parceria entre o Senado, o Grupo Mulheres do Brasil e a ProMul e foi lançada na sede do Laboratório Sabin em evento que contou com apresentação de grupo de violonistas, animação motivacional de Mônica Nóbrega e Jailton Dantas e uma palestra de Oscar Motomura, como apresentação principal.

As empresárias Janete Vaz e Sandra Costa registraram o aniversário de um ano do Grupo Mulheres do Brasil no DF. Ilana Trombka, diretora-geral do Senado e integrante do Comitê de Enfrentamento à Violência, disse que a cartilha vai mobilizar e dar coragem às mulheres.



AGOSTO (20)

O auditório do Interlegis sediou o *talk show O cotidiano da fotografia: memória e gênero*, uma iniciativa do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e da ProMul.

Paulo Meira, diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), abriu os trabalhos, com mediação da jornalista Ramila Moura da ProMul, que destacou a intenção de discutir como é retratado o dia-a-dia dos fotógrafos no Senado, numa casa de poder, a partir do olhar diferenciado de gênero.

Participaram dos debates João Rios, servidor do Senado e fotógrafo; Elizete Bomfim, fotógrafa profissional; Geraldo Magela, fotógrafo da Agência Senado e Sinara Bertholdo, professora de fotografia na Universidade de Brasília (UnB).



AGOSTO (21)

A ProMul apoiou o lançamento do livro *O Grande Encontro*, de Joana Jeker, presidente da *Recomeçar*, entidade de mulheres Mastectomizadas de Brasília, no Salão Nobre da Câmara.

A jovem militante descreve com delicadeza e sentimento a luta pela superação pessoal do câncer de mama. Ela representa a Femama no DF e esteve presente em todas as campanhas *Outubro Rosa contra o Câncer de Mama* no Congresso.

Neta do escritor Cyro dos Anjos, membro da Academia Brasileira de Letras, Joana conta com incentivo da ProMul e da Secretaria da Mulher da Câmara, especialmente do gabinete da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), presidente da Frente Parlamentar de prevenção e tratamento do câncer.

Prestigiaram o encontro Márcia Rollemberg, colaboradora do Governo de Brasília; Carolina Abad, vice-presidente da *Recomeçar*; Beliziane da Silva, chefe de gabinete da deputada Carmem e dezenas de admiradores, amigos e familiares da autora.



AGOSTO (28)

A ProMul prestigiou o lançamento do livro *Cartas de uma menina presa*, no qual a antropóloga Debora Diniz e a jovem Talia — nome fictício — traçam um retrato da vida em uma unidade socioeducativa do Distrito Federal.

Debora passou meses na unidade para entender o motivo de adolescentes voltarem ao sistema socioeducativo após conquistarem a liberdade. Lá conheceu Talia, interna vencedora do concurso promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre Professores Heróis, com redação da jovem em homenagem a Débora.

Na orelha da obra, Iasmin Baima — que dividiu com Talia o mesmo quarto na unidade — ressalta a importância da palavra oportunidade para meninas que saem do sistema sem perspectiva de começar uma nova história e sem acompanhamento ou apoio social.



SETEMBRO (3)

Servidores da alta administração do Parlamento de Israel, chamado *Knesset*, visitaram o Congresso brasileiro para conhecer e conversar sobre ações desenvolvidas em ambos os países.

Albert Sakharovich, diretor-geral do *Knesset*, fez uma apresentação do Poder Legislativo israelense, que é unicameral e composto por 120 integrantes eleitos diretamente para mandatos de quatro anos.

Em Israel, cabe ao *Knesset* eleger o presidente, que é o chefe de Estado. O presidente, por sua vez, escolhe o chefe de governo (primeiro-ministro) que tenha condições de formar um governo de coalizão.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, apresentou informações sobre o sistema bicameral do parlamento brasileiro, sobre a estrutura funcional do Senado e sobre as ações do Senado na luta pelos direitos das mulheres e defesa da igualdade de gênero, assunto que preocupa os parlamentos dos dois países.



SETEMBRO (6)

Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), debateu os 12 anos de vigência da Lei Maria da Penha (nº 11.340/06).

Especialistas avaliaram que a norma trouxe avanços em relação ao combate à violência contra mulheres, mas ainda faltam políticas públicas para que o dispositivo seja implementado de forma efetiva no país.

Participaram Patrícia Ubal Przybylski, defensora pública federal; Andreza Colatto, secretária de Políticas para as Mulheres do Ministério dos Direitos Humanos; Luiza Cristina Frischeisen, subprocuradora-geral da República, e Luciene Aparecida Longo, representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



SETEMBRO (13)

Noëlle Silva e Jaqueline Borges (ao fundo), cientistas políticas da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentaram na sede do órgão dados da pesquisa *A agenda legislativa das senadoras brasileiras: avanços em retrocessos*.

O trabalho feito em conjunto com Viviane Freitas e Paulo Araújo verificou o impacto da participação bancada feminina do Senado sobre as políticas públicas para as mulheres.

As 21 senadoras que atuaram no período de 2003 a 2014 apresentaram 843 Projetos de Lei Ordinária (PLs), 60 Projetos de Lei Complementar (PLCs) e 107 Propostas de Emenda à Constituição (PECs). As pesquisadoras concluíram que houve aumento no número de propostas e ações voltadas para os direitos das mulheres, que resultou em uma agenda institucionalizada e representativa.



SETEMBRO (19)

Ilana Trombka, diretora-geral do Senado, apresentou as iniciativas da Casa pela equidade de gênero em evento promovido pelo Sebrae em Taguatinga, que marcou o início da parceria daquele órgão com a Administração Regional da cidade para capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade e violência doméstica para o empreendedorismo.

Ilana explicou que há três anos o Senado reserva 2% das vagas dos contratos de terceirização a mulheres vítimas de violência doméstica.

A iniciativa conta com a parceria do Governo do Distrito Federal, que recruta mulheres em situação de vulnerabilidade em razão de agressões sofridas em casa. Elas têm sua identidade preservada e somam exemplos de superação.

Gestora do projeto de empreendedorismo feminino do Sebrae-DF, Fabiane Crispim explicou que o objetivo do evento foi apresentar o Espaço da Mulher da Administração Regional.



SETEMBRO (29)

Ilana Trombka, diretora-geral do Senado, representou a Casa no seminário *Esforços na Região da América Latina e do Caribe para Promover a Igualdade de Gênero*, promovido pelas embaixadas dos países do Grupo de Embaixadas da América Latina e do Caribe (Grulac).

O evento teve apoio da ONU Mulheres e da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que sediou o evento para promover a troca de experiências sobre a participação da mulher na gestão pública e o combate à violência de gênero.

Ao lado de embaixadores do Chile, Peru, Uruguai e El Salvador, a diretora divulgou o esforço do Parlamento brasileiro pelo fim da violência contra mulher e as leis Maria da Penha (11.340/06) e do Femicídio (13.104/15).

No setor administrativo, Ilana citou avanços do Senado como o aumento da presença de mulheres em cargos de chefia, que passou de 12% para 32% entre 2016 e 2018.



OUTUBRO (2)

Pelo oitavo ano consecutivo, a fachada do Congresso ganhou iluminação especial rosa durante o mês de outubro para marcar a participação do Senado e da Câmara dos Deputados na campanha internacional de luta contra o câncer de mama. A abertura do evento no Salão Negro contou com apresentações de dança afro, com Joceline Gomes, e de balé clássico, da escola *Étude Seasons*.

A importância da detecção precoce da doença foi ressaltada pelo senador Pedro Chaves (PRB-MS) que representou a Presidência do Senado na cerimônia de abertura.

Com presença de representantes de órgãos internos das duas Casas, prestigiaram a campanha Jair Soares Junior, da Defensoria Pública da União (DPU); Humberto Fonseca, secretário estadual de Saúde do Governo de Brasília; e Rita Polli Rebelo da ProMul, que levou a palavra de saudação da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para um público de mais de 200 pessoas.



OUTUBRO (2)

A abertura da *Campanha Outubro Rosa 2018* também contou com o lançamento do livro *O Grande Encontro*, de Joana Jeker dos Anjos. A autora é presidente da *Recomeçar, Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília*, ONG associada à FEMAMA em Brasília. No livro, ela narra sua experiência de ter sido diagnosticada com câncer de mama aos 30 anos e de como venceu a doença para começar um grande movimento em prol de políticas públicas que atendam as vítimas. Sua luta agora é para garantir um diagnóstico mais rápido por meio da aprovação do projeto de lei (PL 3.752/12) que determina o prazo máximo de 30 dias para a realização de exames pelo SUS. “Já há previsão para o primeiro tratamento em 60 dias, mas não há nenhuma lei ainda que determine um prazo para os exames. E a gente sabe que há muitas mulheres que esperam de seis meses até um ano para ter acesso a um diagnóstico no Sistema Único de Saúde”, disse Joana.



OUTUBRO (9 E 10)

A ProMul e o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado participaram de oficina na Universidade do Parlamento Cearense, em Fortaleza, sobre índices alarmantes de violência letal contra meninas e mulheres naquele estado.

A iniciativa dos deputados estaduais Augusta Brito (PCdoB), procuradora da Mulher, e Renato Roseno (PSOL), presidente do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, é uma parceria com a UNICEF e o governo do Ceará e conta com apoio do Laboratório de Pesquisas e Intervenções sobre violência da UFC, do Instituto Negra do Ceará, da União Brasileira de Mulheres, do Escritório de Direitos Humanos Dom Aluisio Lorscheider, do Fórum Cearense de Mulheres, do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC e da União Brasileira de Mulheres (UBM).



(15 DE OUTUBRO A 15 DE NOVEMBRO)

No período, 320 mamografias foram realizadas pelo Departamento Médico (Demed), da Câmara dos Deputados, durante a campanha *Outubro Rosa*.

As vagas dos exames gratuitos oferecidos para rastreamento do câncer foram divididas igualmente entre funcionárias terceirizadas do Senado e da Câmara, para as quais também puderam se inscrever as servidoras comissionadas.

Mulheres que fizeram o último rastreamento há mais de um ano ou pertenciam a algum grupo de risco tiveram preferência.

No dia 29 de outubro, a Rede Feminina de Combate ao Câncer no Instituto Hospital de Base recebeu 382 lenços, três apliques de cabelo e uma peruca arrecadados no Senado e na Câmara durante a *Campanha do Lenço*, promovida pela *Liga do Bem* do Senado em colaboração com o Comitê Meninas do Brasil e o Grupo Mulheres do Brasil — DF.



OUTUBRO (17)

Integrantes da *Recomeçar, Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília* que luta por políticas públicas de saúde e prevenção para pacientes com câncer, estiveram no Congresso para pedir rapidez na apreciação do projeto de lei nº 275/15, de autoria da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC). A proposta prevê que os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) com suspeita de câncer tenham o exame de biópsia realizado em até 30 dias.

Coordenadora da Frente Parlamentar de Prevenção Diagnóstico e tratamento do Câncer, Carmen destacou a proposta como complementar à Lei 12.732/12, que já garante o início do tratamento aos pacientes em até 60 dias e poderá diminuir os índices de mortalidade da doença. "Se priorizarmos os exames para os pacientes com câncer, estaremos abreviando o risco de um diagnóstico tardio e de uma complicação, evitando custos maiores para o tratamento posteriormente", argumentou.



OUTUBRO (22)

Quarenta e cinco estudantes de Direito do *Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix*, de Belo Horizonte-MG, visitaram o Senado para conhecer a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) e as ações de gênero da Casa.

No Plenário 6, da Ala Nilo Coelho, a jornalista Rita Polli Rebelo, coordenadora da ProMul, saudou os alunos e as alunas em nome da procuradora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). O senador Cristovam Buarque (PPS-DF), parlamentar com importante produção legislativa e que traz no currículo ter sido governador do DF e Ministro da Educação, fez questão de receber a delegação mineira.

A professora Luciana Calado Pena destacou a importância da visita ao Senado para o grupo conhecer como são elaboradas, discutidas e aprovadas uma série de leis abordadas em sala de aula, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio.



NOVEMBRO (23)

A ProMul participou do Congresso Brasileiro *ElesPorElas – Empoderamento de Mulheres e Masculinidades não violentas: o papel de Universidades, Poder Público e Movimentos Culturais, em João Pessoa-PB*.

A coordenadora Rita Polli Rebelo fez palestra com o tema *Revisitando as Políticas Públicas para o enfrentamento do feminicídio e das violências contra as mulheres a partir da Lei Maria da Penha*.

Senadora recém-eleita, Daniella Ribeiro (PP-PB), presidente do Fórum *Todas por Uma*, expôs sua trajetória política de incentivo às Ciências e Tecnologia e à Educação, com o Projeto *Mais Ação*.

O congresso contou com massiva presença de lideranças dos movimentos sociais e foi organizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pelo governo estadual, por meio da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), em parceria com a ONU Mulheres.



NOVEMBRO (20)

O seminário *Mulheres Negras Movem o Brasil: visibilidade e oportunidade*, promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara (CDDM), abriu o calendário da campanha internacional *16 dias de ativismo pelo fim da Violência no Congresso*.

Para deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que propôs o evento, há retrocessos institucionais, como a não demarcação de terras quilombolas nos últimos anos e a reforma trabalhista atingem mais as mulheres negras.

Participantes de seminário também mostraram que as mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio, violência doméstica e obstétrica e sofrem com o acesso desigual à Justiça.

“Entre 2003 e 2013, o número de mulheres negras assassinadas em função da condição de gênero cresceu 54% enquanto o índice de mulheres brancas assassinadas caiu 10% no mesmo período”, ressaltou a deputada Erika Kokay (PT-DF).

Ana Perugini (PT-SP), presidente da CDDM, afirmou que 58% das ligações sobre violência doméstica ao Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher) são relativas às mulheres negras. “Elas também são as mais afetadas pela mortalidade materna (56%) e pela violência obstétrica (65%), de acordo com dados do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)”, destacou.

Deise Benedito, especialista em Direitos Humanos, chamou atenção para a falta de acesso à justiça e aos direitos básicos pela população negra. “Ainda somos coisificados, ainda somos despossuídos de direitos, ainda somos aqueles que não merecem ser respeitados. Basta ver o que significou a abolição, uma abolição que não foi concluída, uma abolição que não garantiu nenhum direito, não garantiu escola, saúde, moradia e terra.”

Participaram Charlene Borges, da Defensoria Pública da União; Deise Benedito, especialista em Direitos Humanos; Vera Lúcia Santana Araújo, da Frente de Mulheres Negras do DF e Entorno, e Givânia Silva, da Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombola.



NOVEMBRO (27 E 28)

Participantes do *Seminário Internacional Guarda Compartilhada: Leis, Justiça, Violências e Conflitos* abordaram contradições na aplicação da Lei da Guarda Compartilhada (nº13.058/14), da Lei da Alienação Parental (nº12.318/10) e da Lei Maria da Penha (11.340/06).

O seminário foi proposto pelas deputadas Luizanne Lins (PT-CE), Ana Perugini (PT-SP) e Elcione Barbalho (MDB-PA) e organizado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara, pela Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, pela Secretaria da Mulher da Câmara e pela ProMul do Senado.

A Lei 13.058/14 prevê que a guarda compartilhada seja aplicada como regra geral mesmo se não houver acordo entre a mãe e o pai, a não ser que um dos genitores declare ao juiz que não deseja a guarda do filho.

A maior parte dos palestrantes criticou a guarda compartilhada de filhos de pais separados no caso de abuso ou violência doméstica e denunciou o viés de gênero presente nas acusações de alienação parental, quase todas feitas por homens como forma de retaliar acusações de violência ou mesmo de abuso sexual contra os filhos e as filhas.

Participaram Benedita da Silva (PT-RJ), deputada federal; Ana Maria Iencarelli, presidenta da ONG Vozes de Anjos; Dulcielly Nobrega de Almeida, coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Distrito Federal; Marcela Prado, do Instituto Brasileiro do Direito de Família; Richard Pae Kim, juiz; Larissa Peixoto Gomes, doutoranda do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Marília Lobão, psicóloga jurídica; Eduardo Ponte Brandão, Conselho Federal de Psicologia; Myllena Calasans, do Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem); Juliana Castro, do coletivo Mães nas Lutas; Valéria Fernandes, do Núcleo de Gênero do Ministério Público do estado de São Paulo; Rodrigo Ricardo, diretor da Associação Brasileira Criança Feliz; Flávia Pessoa, juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Ariane Leitão, assessora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.



NOVEMBRO (28, 29 E 30)

A ProMul participou do seminário *Conhecendo o Senado*, preparado pela Diretoria-geral para apresentar toda a estrutura administrativa e legislativa da Casa aos novos senadores e seus respectivos assessores.

Os servidores da ProMul apresentaram as atividades, programas e publicações realizados para mostrar a importância do órgão na promoção da presença das mulheres nos espaços de poder da Casa. O evento de acolhimento aos novos parlamentares ocorreu nos dias 28, 29 e 30 de novembro, no Auditório Antônio Carlos Magalhães e nas salas de aula do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Em 13 painéis no auditório e nove apresentações nas salas temáticas, o seminário abordou temas como a composição dos gabinetes, controle de frequência, infraestrutura, apoio à atividade parlamentar, licença médica, auxílios e itens disponíveis na Central de Serviços.

NOVEMBRO (30)

Em Diamantina-MG, a jornalista Paula Bento, da ProMul, participou do lançamento do aplicativo *Sistema Penha*, idealizado pela delegada titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) do Alto Jequitinhonha, Kiria Silva Orlandi.

Resultado da parceria com a Rede de Mulheres de Alto Jequitinhonha e a Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), por meio do Curso de Sistemas de Informação, o aplicativo promete inovar o atendimento das mulheres vítimas de violência.

O objetivo é dar efetividade na aplicação da lei e agilidade para prender em flagrante os homens que descumprem medidas protetivas. Dezenas de entidades e gestores públicos prestigiaram o lançamento do sistema que será alimentado semanalmente pela equipe de investigadores da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam).



DEZEMBRO (5)

O café da manhã de congraçamento entre as novas senadoras e as que se despediram da Casa foi organizado pela Procuradoria Especial da Mulher, com apoio da ONU Mulheres.

A senadora Rose de Freitas (PODE-ES) entregou as placas oferecidas pela ProMul às parlamentares que deixaram o Senado. “Nossa homenagem e reconhecimento pelo seu compromisso e dedicação no exercício do mandato em favor da valorização das mulheres e da nação brasileira”, são os dizeres de agradecimento entregues às senadoras: Regina Sousa (PT-PI), Ana Amélia (PP-RS), Lúcia Vânia (PSB-GO), Vanessa Graziottin (PCdoB-AM), Marta Suplicy (sem partido-SP), Fátima Bezerra (PT-RN) e Lídice da Mata (PSB-BA).

As senadoras Simone Tebet (MDB-MS), Rose de Freitas, Maria do Carmo (DEM-SE) e Kátia Abreu (PDT-TO) permanecem até 2022.

As senadoras eleitas em 2018 são Daniella Ribeiro (PP-PB), Eliziane Gama (PPS-MA), Selma Arruda (PSL-MT), Soraya Thronicke (PSL-MS), Zenaide Maia (PROS-RN), Leila Barros (PSB-DF), Mailza Gomes (PP-AC) e Mara Gabrilli (PSDB-SP).



DEZEMBRO (5)

A síndrome do espectro autista foi o tema do debate no auditório do Interlegis.

As mães de crianças autistas Aneida Fulsang, autora do livro *Autismo – Aprendendo a Aprender com Eijner* e Ana Paula Ferrari, jornalista, falaram de suas experiências, ao lado da médica Janaína Monteiro Chaves, neuropediatra do Hospital da Criança de Brasília. Segundo Aneida, a família deve atuar em colaboração com os profissionais envolvidos no tratamento da criança e jamais desistir de obter progressos. De acordo com ela, as sessões com os terapeutas devem contar, necessariamente, com a presença dos pais.

Ana Paula coordena o *Movimento Orgulho Autista Brasil* (Moab), de Goiânia (GO) e contou que o processo de aceitação do diagnóstico do filho Jonas, de nove anos, foi longo e dolorido.

A médica Janaína ressaltou a importância da inclusão da família no tratamento e falou sobre a relevância do acolhimento.



DEZEMBRO (6)

A exibição de *Chega de Fiu-Fiu*, documentário de Amanda Kamanchek e Fernanda Frazão, no Plenário 3 da Câmara dos Deputados, valeu por uma audiência pública, pela quantidade, variedade e riqueza dos depoimentos de homens e mulheres que problematizam as práticas de assediar as mulheres.

“A cidade não foi feita para as mulheres”, argumentam as especialistas entrevistadas. Na conversa sobre a obra, mediada por Iara Cordeiro, da Secretaria da Mulher, a diretora Amanda assinalou que o filme nasceu da campanha contra o assédio promovida pela ONG *Think Olga*.

Danielle Gruneich, assessora da Secretaria da Mulher da Câmara, alertou sobre conquistas parlamentares, como a Lei 13.718/18, que criou a figura criminal da importunação sexual e determinou que o crime é de ação penal pública incondicionada. “Isso significa que a sociedade não permite mais esse tipo de violência”, disse ao público do auditório lotado.



DEZEMBRO (12)

No encerramento do seminário sobre os 12 anos da Lei Maria da Penha foram apresentados os três filmes vencedores da 2ª edição do *Concurso de Vídeos por Celular 1 minuto contra a violência*, organizado pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher (CMCVM) e pela ProMul, com o apoio de vários parceiros institucionais na Câmara e no Senado.

Thalita Costa dirigiu *Não é desculpa... é crime!*, escolhido em 1º lugar pelo júri técnico e pelo júri popular; Alexandre Estevanato, de São José do Rio Preto, realizou *Foi a última vez*, classificado como segundo colocado pelo júri técnico; e Mariana Berto Pinheiro produziu e protagonizou *Tutorial de Make para esconder olho roxo*.

Relatora da CMCVM, a deputada Luizianne Lins (PT-CE) registrou seu entusiasmo com o concurso, lembrando que é professora de comunicação social e valoriza o poder de comunicação da imagem e da arte.



DEZEMBRO (12)

Doze anos após a sanção da Lei 12.340/06, um seminário durante todo o dia reuniu as protagonistas históricas da elaboração da Lei Maria da Penha.

A iniciativa da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, da ProMul, da Dger do Senado, da Procuradoria da Mulher da Câmara e da Secretaria da Mulher encerrou a campanha *16 dias de Ativismo Pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Rubia Abs Cruz, do Consórcio de ONGs que elaborou a lei, identificou a dificuldade de acessar as varas de violência e os serviços de atendimento do Estado sem um boletim policial (BO); a recomendação e adoção, sem previsão legal, de mediação de conflitos, justiça restaurativa e constelação familiar; e a preponderância de uma perspectiva patriarcal para solução de conflitos, em detrimento de uma leitura na perspectiva de gênero, mais focada na vítima da violência doméstica.

Participaram as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lúcia Vânia (PSB-GO); as deputadas federais Jandira Feghali (PCdoB-RJ), relatora da lei na Câmara; Jô Moraes (PCdoB-MG), que presidiu a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra as Mulheres em 2013; Henrique Marques do Observatório da Mulher contra a Violência; a defensora pública Dulciely Nóbrega de Almeida; a procuradora Ela Wiecko de Castilho, também integrante do Consórcio de ONGs, a delegada Kíria Orlandi, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam) em Diamantina-MG; Aline Yamamoto, da ONU Mulheres; Wânia Pasinato, pesquisadora; Flávia Guimarães Pessoa, juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça; Fabiana Severi, Carmen Hein Campos, Renata Teixeira Jardim, Leila Linhares Basterd, integrantes do Consórcio Nacional de ONGs Feministas pela Lei Maria da Penha.

Entre o público de outros estados estavam a deputada Augusta Brito (PCdoB), procuradora Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Ceará; Iris Gadelha, prefeita de Alto Santo (CE); Kátia Carvalho, vereadora de Jataí (GO); e Márcia Carvalho, jornalista da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará.

11

Homenagens

Às senadoras

*Ana Amélia
Ângela Portela
Fátima Bezerra
Gleisi Hoffmann
Lídice da Mata*

*Lúcia Vânia
Marta Suplicy
Regina Sousa
Vanessa Grazziotin*

*Nossa homenagem e reconhecimento pelo seu compromisso e dedicação no exercício do mandato em favor da valorização das mulheres e da nação brasileira.
Foram anos de trabalho legislativo em sintonia com as aspirações da comunidade feminina e da sociedade por mais mulheres na política e pelo direito à igualdade e à vida sem violência.
As propostas em benefício da saúde, da educação, do trabalho e da inclusão financeira são um legado da atuação da bancada feminina.*

Parabéns e sucesso em sua jornada!

Brasília – DF, dezembro de 2018.

Procuradoria Especial da Mulher





Quando perdemos Marielle Franco, no mês das mulheres, sentimos um frio no coração. Nos dias seguintes, o luto se transformou em luta e milhares de brasileiras e brasileiros se uniram pedindo justiça pela vida dela e do motorista Anderson Gomes. O ato de extrema violência tirou a palavra da vereadora eleita no Rio de Janeiro com 46.502 votos e atingiu todas as parlamentares destacadas no mundo da política, no qual as mulheres são minoria.

O medo tomou conta de muita gente, mesmo assim, as pessoas foram às ruas gritar: Marielle, presente!

Cria da Maré, como ela se intitulava, Marielle realmente abraçou sua origem nos projetos apresentados, nas causas defendidas e nas centenas de iniciativas continuadas por pessoas inspiradas em sua história.

Marielle virou semente. Uma das bandeiras levantadas pela parlamentar era a participação de mais mulheres na política. Três ex-assessoras de Marielle foram eleitas para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2018 e na Câmara dos Deputados 77 mulheres compõem a bancada feminina.

A vereadora foi presidente da Comissão da Mulher da Câmara Municipal, aprovou projeto de lei para instituir Casas de Parto e atendeu denúncias de violência contra as mulheres.

O sentimento que fica após uma vida tão simbólica ser interrompida é a esperança de acreditar num futuro com mais mulheres na política, mais mulheres negras na política, construído por muitas mãos pelo fim do feminicídio e pela vida das mulheres, numa sociedade solidária e com igualdade para todas e todos.

Marielle, presente!